

CENÁRIOS DA ECONOMIA PARANAENSE 1987-91



GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ

Alvaro Dias - Governador

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL

Francisco de Borja Baptista de Magalhães Filho - Secretário

Romar Teixeira Nogueira - Diretor Geral

IPARDES-FUNDAÇÃO EDISON VIEIRA

Carlos Artur Krüger Passos - Diretor Presidente

Nei Celso Fatuch - Secretário Geral

Carlos Manuel V. A. Santos - Coordenador de Pesquisa

Marco Antonio Pinheiro - Coordenador do Centro Estadual de Estatística

Euclides Marchi - Coordenador do Centro de Treinamento para o Desenvolvimento

EQUIPE TÉCNICA

Elisabete C. Baggio (economista), Gilson Volaco (economista) - coordenador, Gilmar Mendes Lourenço (economista), Maria Lucia de Paula Urban (economista), Mirian L. Silva (economista), Sieglind K. Cunha (economista)

Maria Inês Cervenka de Freitas (economista) - BADEP

APOIO TÉCNICO OPERACIONAL

Maria Dirce B. Marés de Souza (normalização bibliográfica), Leticia T. C. Konarski (editoração), Maria Cristina Ferreira (revisão), Léia Rachel C. Oliveira (digitação e processamento de texto), Régia T. O. Filizola (projeto gráfico), João Carlos P. Franco (reprografia)

CENÁRIOS DA ECONOMIA PARANAENSE 1987-91



159a IPARDES - Fundação Edison Vieira.
Cenários da economia paranaense - 1987-91.
Curitiba, 1987.
81p.

1. Economia-Paraná-1970-1991. 2. Cenários da
Economia-Paraná-1987-1991. I. Título.

CDU 338(816.2)"1970/1991"

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	1
1 PANORAMA GERAL.....	3
1.1 DESEMPENHO RECENTE DA ECONOMIA BRASILEIRA.....	3
1.2 DESEMPENHO DA ECONOMIA PARANAENSE NO PERÍODO 1970-80.....	5
1.3 EVOLUÇÃO RECENTE DA ECONOMIA PARANAENSE.....	7
1.4 CARACTERÍSTICAS DA ECONOMIA PARANAENSE.....	8
2 CENÁRIOS DE AJUSTAMENTO.....	10
2.1 PERSPECTIVAS DA ECONOMIA BRASILEIRA.....	10
2.2 PERSPECTIVAS DA ECONOMIA PARANAENSE.....	14
3 CENÁRIO DO SETOR AGROPECUARIO PARANAENSE.....	16
3.1 EVOLUÇÃO RECENTE.....	16
3.2 PERSPECTIVAS.....	19
4 CENÁRIO DO SETOR INDUSTRIAL PARANAENSE.....	21
4.1 ANÁLISE E PERSPECTIVAS DA INDÚSTRIA EXTRATIVA E DE TRANSFORMAÇÃO.....	21
4.1.1 Metal-Mecânica.....	26
4.1.2 Complexo Madeira.....	28
4.1.3 Agroindústria.....	35
4.1.4 Bebidas.....	40
4.1.5 Fumo.....	41
4.1.6 Minerais Não-Metálicos.....	41
4.1.7 Química - Refino de Petróleo.....	41
4.2 ANÁLISE E PERSPECTIVAS DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO CIVIL DO PARANÁ.....	42
ANEXO - MEMÓRIA DE CÁLCULO.....	47
NOTAS DE REFERÊNCIA.....	79
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	81

INTRODUÇÃO

Este documento representa mais uma etapa de um processo contínuo de revisão, atualização e aprimoramento da experiência de elaboração dos cenários para a economia paranaense, iniciada em outubro de 1986, no Banco de Desenvolvimento do Paraná, através de um esforço conjunto de técnicos do BADEP e IPARDES. O trabalho resultante desse esforço visava delinear as perspectivas econômicas do Estado para o período 1986-91, procurando atender prioritariamente às necessidades de planejamento de longo prazo do Banco, com ênfase no setor industrial.

A primeira revisão e atualização desse trabalho foi realizada pelo IPARDES em junho de 1987, objetivando basicamente subsidiar a elaboração do Plano de Governo.

É oportuno destacar que, enquanto na versão elaborada pelo BADEP a preocupação básica foi montar um conjunto de perspectivas da economia paranaense e de seus principais segmentos de infra-estrutura de apoio e social, nas atualizações empreendidas pelo IPARDES foram realizadas análises mais críticas das características e possibilidades da economia brasileira - em razão principalmente da profunda reversão de expectativas ocorrida a partir do Cruzado II em novembro de 1986, acentuada durante 1987 -, tentando explicar o papel a ser desempenhado pela economia paranaense nesse quadro.

Neste trabalho, foram excluídos os segmentos de energia elétrica, transportes, armazenagem, emprego e relações de trabalho e o cenário político, cujas informações permitiriam avanços irrelevantes em relação à versão do BADEP.

A reincorporação desses segmentos em outros trabalhos de atualização e revisão dos cenários, bem como a introdução do setor terciário, dependerão dos objetivos a serem atingidos. Com relação ao setor produtivo da economia paranaense (agricultura e indústria), pretende-se uma abordagem mais exaustiva, através da utilização de estudos recentes, consulta a profissionais da área, empresários, estudiosos, etc.

Esta nova versão dos Cenários da Economia Paranaense apresenta algumas diferenças quantitativas em relação à de junho de 1987, decorrentes da elaboração de novas estimativas para o desempenho da economia paranaense no período 1984-86 e previsão para 1987, bem como da disponibilidade dos resultados revisados das contas nacionais, especialmente para os anos recentes. Além disso, também alteraram-se as expectativas quanto ao desempenho futuro da economia em função do surgimento de novas situações que significam um maior grau de dificuldade para a sustentação do crescimento econômico do País.

Dentre as principais restrições, destacam-se as incertezas quanto ao processo de renegociação da dívida externa, o recrudescimento inflacionário e a dívida interna, afetando parcialmente também as perspectivas de desenvolvimento da economia paranaense. Contudo, a capacidade de produção da economia brasileira alcançou um nível tal que as inversões adicionais necessárias à sua expansão, apesar de significativas em alguns setores, são no geral bastante inferiores às que foram exigidas, por exemplo, na década de 70. Portanto, não há motivos para se admitir que tenha ocorrido uma redução significativa no potencial de crescimento da economia brasileira, ou seja, na sua possibilidade de expansão a longo prazo.

Esta revisão e atualização dos Cenários da Economia Paranaense visa subsidiar as decisões de política econômica a nível de planejamento do Governo Estadual. Espera-se, com isso, delinear o contexto da dinâmica e das perspectivas econômicas e sociais que se colocam em momentos distintos, a partir de um conjunto coerente e plausível de acontecimentos, possibilitando, dessa forma, indicar as decisões necessárias para reorientar, prevenir, evitar ou facilitar o processo em curso no futuro, de modo a direcioná-lo aos fins socialmente requeridos.

Faz-se necessário alertar também que o objetivo dos cenários não é prever o futuro, mas apresentar um caminho viável, cujos parâmetros são baseados em avaliações e possibilidades indicadas por estudos recentes e consulta a especialistas, podendo muitas vezes representar mudanças significativas em relação ao passado. O que se pretende é construir uma moldura, um contorno, de um futuro provável e indicar uma direção em que os fatos podem evoluir. Os números apresentados são apenas para concretizar a avaliação qualitativa e sobretudo para permitir testar a coerência interna das hipóteses realizadas.

Finalmente, é importante ressaltar que o cenário aqui delineado é de mediano prazo, cobrindo o intervalo 1988-91, o que explica em grande parte suas discrepâncias quanto ao ritmo de crescimento sobretudo da economia brasileira -, quando comparado com outros cenários (especialmente o do BNDES), de horizonte temporal mais longo.

1 PANORAMA GERAL

A dinâmica da economia estadual relaciona-se a elementos internos e externos às suas fronteiras, uma vez que as atividades econômicas não estão, de modo algum, isoladas dentro do território estadual. Ao contrário, sua estrutura produtiva está articulada à economia nacional e internacional. Além disso, grande parte das decisões que afetam o comportamento da economia paranaense está definida fora de seu próprio setor público e privado.

Dai a necessidade de se levar em consideração o desempenho recente e os rumos futuros a serem trilhados pela economia brasileira, para posteriormente construir uma moldura, delinear um futuro possível para o desempenho econômico paranaense e indicar uma direção em que os fatos podem evoluir.

1.1 DESEMPENHO RECENTE DA ECONOMIA BRASILEIRA

No período 1981-83, a economia brasileira passou por uma profunda recessão, causada fundamentalmente pela adoção de medidas que, reconhecendo no balanço de pagamentos - e não no processo inflacionário - o principal fator limitativo do crescimento, procuraram diminuir o nível de atividades de modo a ampliar os excedentes exportáveis e assim expandir o saldo da balança comercial. Passado o ciclo recessivo, no período 1984-85, a economia passa a apresentar um nível de atividade ascendente. A base desse crescimento esteve assegurada, no início, pelo desempenho do comércio internacional, expresso no aumento do volume de exportações e na diminuição do coeficiente de importações. Progressivamente, a partir do segundo semestre de 1984 até 1986, os setores mais articulados ao mercado interno ampliam sua participação enquanto componente do crescimento, devido inicialmente aos reflexos da expansão das exportações sobre o resto da economia e depois ao aumento da massa de salários (emprego e renda).*

O aumento das exportações deveu-se à performance favorável da economia americana, cujas importações cresceram cerca de 26% em 1984, e à maior competitividade dos produtos brasileiros, consubstanciada na queda da relação salários/câmbio, no aumento da produtividade e diversificação na pauta de exportações.

A redução do coeficiente de importações, de 11% em 1980 para 8% em 1984, resultou da queda dos preços do petróleo e do aumento da

*O aumento da massa dos salários resultou da recuperação econômica e da adoção de uma política salarial menos restritiva.

produção interna via maior utilização da capacidade instalada, bem como à mudança estrutural ocorrida na economia devido a investimentos substitutivos de importações realizados no período 1974-80 (não-ferrosos, siderúrgico, químico, fertilizantes, papel e celulose).

O superávit de US\$ 13,1 bilhões conseguido em 1984 na balança comercial e a queda momentânea da taxa de juros internacional permitiram o pagamento dos serviços da dívida sem a entrada de dinheiro novo, resolvendo, temporariamente, as dificuldades na área financeira externa.

Internamente, isso significou um desempenho favorável para as indústrias ligadas às exportações e uma diminuição da demanda para o mercado interno, notadamente para os bens de consumo duráveis e bens de capital. Frise-se que a partir do segundo semestre de 1984 os setores voltados ao mercado interno ingressam numa trajetória de recuperação, devido especialmente à expansão do emprego e renda do setor exportador e à sua propagação para o restante da economia.

Em 1985, a economia brasileira cresce à taxa de 8,3%, voltada para o mercado interno, em virtude principalmente do bom desempenho das indústrias de bens de consumo duráveis - sobretudo automóveis e eletrodomésticos -, do segmento produtor de bens de capital seriados, do setor de insumos para a construção civil e de parte do setor produtor de bens intermediários, especialmente os siderúrgicos e de celulose, que atingem quase o limite de plena utilização da capacidade produtiva.

Nos últimos meses de 1985 e início de 1986, observa-se um aquecimento da demanda interna, exercendo pressões inflacionárias e dificultando parcialmente o atendimento simultâneo do mercado interno, externo e de investimentos.

No final de fevereiro de 1986, o Governo implementou o Plano de Estabilização Econômica, que consistiu no congelamento generalizado dos preços e rendimentos, acompanhado por políticas monetária e fiscal passivas. A política econômica adotada resultou na contenção da inflação a níveis próximos de zero, nos primeiros meses, com a simultânea aceleração do crescimento da economia, levando as indústrias a ampliarem substancialmente o grau de utilização da capacidade instalada.

O impacto maior se fez sentir na demanda de bens de consumo duráveis e de produtos tradicionais, ocorrendo acelerações e retrações no ritmo de crescimento ao longo do ano, além de diferenças significativas de intensidade entre os vários segmentos produtivos. O setor agropecuário apresentou uma performance desfavorável (-7,3%) devido aos efeitos da prolongada seca que afetou o Centro-Sul do País no final de 1985 e início de 1986, provocando inclusive a necessidade de importações de alimentos.

Com o Cruzado I, ocorreu a elevação dos recursos para dispêndio, através da expansão da massa de salários real, do crescimento das

retiradas de cadernetas de poupança e outras aplicações e da queda na taxa de juros do crédito ao consumidor. Isso resultou num nível de demanda, especialmente por bens de consumo, incompatível com a capacidade de produção da economia, o que se traduziu na proliferação da prática do sobrepreço (ágio) e escassez de produtos finais e insumos industriais. Ademais, o congelamento encontrou alguns ramos de produção operando com preços defasados em relação aos custos, contribuindo para alçar ao primeiro plano a preocupação quanto ao funcionamento do aparelho produtivo.

A não-ocorrência da retomada sustentada dos investimentos, tanto do setor privado quanto do público, deveu-se às dificuldades financeiras do Estado, às inadequações das linhas de financiamento de longo prazo para o conjunto da economia e à suspensão dos fluxos financeiros externos. Os investimentos realizados pelo setor privado foram destinados à modernização e substituição de equipamentos, enquanto os do setor público foram insuficientes, especialmente para as indústrias produtoras de insumos básicos, que exigem longo prazo de maturação.

A produção agrícola desfavorável e a insuficiência generalizada da produção, diante da expansão do mercado interno, acabaram por corroer, progressivamente, o saldo da balança comercial, que, aliado ao crescimento da remessa de lucros, levou o Governo a implantar novas medidas de ajuste - através do Cruzado II -, como uma tentativa de equilibrar as contas externas, dado o risco de uma crise cambial. Para conter a demanda agregada e desacelerar o ritmo de crescimento da economia, procedeu-se à elevação dos preços e impostos de um grupo reduzido de produtos e serviços.

Tais medidas acabaram por elevar os níveis de inflação nos últimos meses de 1986, sem contudo conseguirem ajustar a demanda em níveis adequados, que se manteve elevada e acima das possibilidades da oferta, restringida pela capacidade instalada.

1.2 DESEMPENHO DA ECONOMIA PARANAENSE NO PERÍODO 1970-80

Entre 1970-80, a economia paranaense apresentou um crescimento de 13,1% ao ano, superando os já elevados índices alcançados pela economia brasileira, cuja taxa foi de 8,56% ao ano neste mesmo período.

Esse dinamismo não se explica apenas pelas altas taxas de crescimento, mas principalmente pelas transformações ocorridas na agricultura e na indústria, além das observadas nos serviços de apoio ao setor produtivo.

Até a década de 70, o setor agrícola, embora dinâmico e diversificado, apresentava um caráter tradicional, uma vez que a tecnologia utilizada era rudimentar e a quantidade de artigos da indústria consumidos em seu processo produtivo era reduzida.

Nos anos 70, ocorre a modernização do setor agropecuário, impulsionada, em grande parte, pelo desenvolvimento do segmento agroindustrial - principalmente cooperativas e multinacionais -, pelas políticas de incentivo às exportações e pelos preços alcançados pelos produtos exportáveis no mercado internacional.

Simultaneamente à tecnificação, ocorre a alteração no perfil da produção agrícola, com grande expansão da soja e do trigo e perda de importância relativa do café após 1975, devido a problemas climáticos e à erradicação parcial desta cultura.

Com a consolidação da soja como atividade econômica da agricultura paranaense - mais tarde principal matéria-prima do setor oleaginoso -, surgem as cooperativas, que, ao lado dos demais agentes comerciais e industriais, disputam a comercialização da produção agrícola estadual. Estas tiveram estímulos do Estado para se estruturarem e organizarem a produção agrícola. A funcionalidade das cooperativas fez com que a maioria das empresas processadoras de soja diminuísse suas aquisições diretas junto ao produtor rural, reduzindo seus custos de compra da matéria-prima.

Na década de 70, implanta-se no Paraná a grande empresa moderna, com ampla escala de produção, utilizando tecnologia avançada e com elevados índices de produtividade, capaz de competir no mercado nacional e internacional.

Na indústria, observam-se altas taxas anuais de crescimento (16,8%), o que altera sua importância relativa na economia, superando a participação da agricultura do Estado.

A indústria paranaense se diversifica, incorporando gêneros mais dinâmicos, como mecânica, material elétrico e de comunicações, química, material de transporte e fumo. Os gêneros tradicionais, por sua vez, sem deixar de crescer, vão perdendo importância relativa. Assim, o beneficiamento de café e madeira que, em 1970, respondia por 53,9% do produto industrial, em 1979 perde participação, atingindo 35,5%, embora houvesse uma maior modernização e sofisticação da produção, no sentido de maior elaboração da matéria-prima agrícola.

Ainda que tal salto qualitativo tenha ocorrido em função da reorientação do aparelho industrial do Estado, a agroindústria continuou sendo o segmento dominante na indústria paranaense, respondendo, em 1980, por aproximadamente 47% da renda do setor.

*Correntemente, entende-se por agricultura moderna aquela que tem como base tecnológica do seu processo produtivo o emprego de insumos e equipamentos de origem industrial, tais como tratores, colheitadeiras, adubos, fertilizantes, etc. Nesse processo, o produtor rural passa de produtor de mercadorias em geral para produtor de matérias-primas para a indústria alimentar.

1.3 EVOLUÇÃO RECENTE DA ECONOMIA PARANAENSE

O período pós 80 caracteriza-se por dois movimentos da economia brasileira: a profunda crise entre 1981-83 - decorrente de uma política econômica recessiva adotada pelo Governo Federal, que atingiu com maior intensidade os setores produtores de bens de consumo duráveis e bens de capital - e a recuperação iniciada em 1984 - sustentada especialmente pelos setores mais ligados às exportações, sobretudo bens intermediários -, que prossegue em 1985, voltada ao mercado interno.

Embora prevalecendo as mesmas tendências, a economia paranaense foi afetada com diferente intensidade nessas duas etapas, dada sua estrutura diferenciada em relação à nacional, com predomínio das atividades agrícolas e agroindustriais (tabela 1). Assim, a recessão não foi tão acentuada, e a recuperação de 1984 não se concretizou, ocorrendo de forma ampliada em 1985.*

*Análises mais detalhadas sobre o comportamento recente da economia paranaense "vis à vis" à nacional podem ser encontradas nos seguintes trabalhos: ALGUMAS observações sobre a evolução recente do produto interno bruto paranaense. Análise Conjuntural, Curitiba, 7(11):4-7, nov.1985; NOTA sobre o desempenho recente da economia paranaense e os prováveis efeitos da estiagem. Análise Conjuntural, Curitiba, 8(1):1-3, jan.1986; LOURENÇO, Gilmar Mendes. Economia brasileira e paranaense: breve balanço do desempenho em 1986 e perspectivas para 1987. Análise Conjuntural, Curitiba, 9(1):1-5, jan.1987; LOURENÇO, Gilmar Mendes e VOLACO, Gilson. Análise da estrutura industrial paranaense nos anos recentes. Análise Conjuntural, Curitiba, 9(8):9-13, ago.1987.

TABELA : TAXA ANUAL DE CRESCIMENTO REAL DO PRODUTO INTERNO BRUTO, POR CLASSES E RAMOS DE ATIVIDADES, NO PARANÁ 1980-86

(Em %)

PERÍODO	AGRICULTURA e de Transform.	INDÚSTRIA			COMÉRCIO TOTAL	PIB	
		Extrativa e de Civil	Const. Civil	Ser. Ind. de Util. Pública			
1980-81	11,7	3,6	4,8	6,8	4,0	4,7	6,4
1981-82	(8,3)	(14,3)	(1,5)	7,8	(10,7)	(8,8)	(9,5)
1982-83	6,7	3,8	(17,9)	6,3	(0,3)	2,0	2,2
1983-84	(2,4)	(1,6)	(11,3)	11,2	(2,0)	1,4	(1,0)
1984-85	27,4	8,5	1,7	15,6	8,4	14,1	15,7
1985-86*	(19,4)	6,0	23,1	2,4	7,8	14,4	2,1

FONTE: IPARDES

*Estimativa Preliminar

1.4 CARACTERÍSTICAS DA ECONOMIA PARANAENSE

A economia paranaense é ainda bastante dependente da atividade agropecuária, altamente vulnerável a efeitos climáticos, e com rentabilidade determinada pela política agrícola do Governo Federal.

Aproximadamente 36% da atividade industrial em 1985 era representada pelo complexo agroindustrial, cujo desempenho está ligado aos resultados obtidos no setor agropecuário.

Do PIB paranaense, cerca de 14% se destina às exportações externas - a maior parte desta produção provém da agropecuária e da agroindústria (café, soja e derivados) - e 40% ao mercado nacional. Portanto, seu desempenho econômico é fortemente influenciado pela performance da economia brasileira.

O Paraná é um importador líquido de mercadorias e suas relações de compra e venda no mercado nacional se dão principalmente com São Paulo (50%), Rio de Janeiro, Minas Gerais, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Dada a quase total ocupação das áreas disponíveis para plantio, a oferta de produtos agropecuários deverá se expandir até níveis próximos dos já obtidos em 1985 - ano de maior volume de produção da agropecuária. Melhores resultados só ocorrerão caso haja ganhos significativos de produtividade.

A indústria do Paraná deverá crescer a taxas superiores às da indústria brasileira através da expansão e diversificação do parque instalado.

Dadas suas características, a economia paranaense poderá crescer mais que a brasileira, mesmo realizando, proporcionalmente, menores investimentos.

2 CENÁRIOS DE AJUSTAMENTO*

O crescimento do PIB estadual está condicionado ao desenvolvimento brasileiro, uma vez que é grande o grau de abertura da economia paranaense, ou seja, são significativas as transações de compra e venda de mercadorias com outros estados, especialmente São Paulo. Também parcela considerável da produção paranaense se destina às exportações externas, cujo comportamento depende da evolução do comércio internacional. Além disso, a política econômica, que influencia a economia paranaense em suas diretrizes gerais e específicas, é determinada externamente ao Estado.

Nesse sentido, a atividade econômica estadual e seu comportamento futuro dependem tanto do desempenho efetivo da economia nacional quanto da política econômica adotada, cujos reflexos provocam alterações significativas nos setores produtivos. O ritmo de expansão das atividades está condicionado também à própria estrutura econômica do Estado. Daí a importância de se verificar qual será o comportamento futuro da economia brasileira, tomando-se como indicador de desempenho as taxas de crescimento do Produto Interno Bruto - PIB -, e quais deverão ser os volumes de investimento necessários para viabilizar esse crescimento.

2.1 PERSPECTIVAS DA ECONOMIA BRASILEIRA

Nos primeiros meses de 1987, a economia brasileira depara-se com sérias restrições à manutenção do crescimento, dentre as quais se destacam a deterioração do balanço de pagamentos, o recrudescimento da inflação e as incertezas quanto ao processo de renegociação da dívida externa.

A deterioração do balanço de pagamentos ocorreu nos últimos meses de 1986 em função da retração das exportações brasileiras, embora nos primeiros meses de 1987 tenha ocorrido uma tímida recuperação.

*A versão de junho de 1987 contemplava dois cenários alternativos para a economia brasileira: de ajustamento - prevendo maiores limitações ao crescimento; e de retomada - partindo de hipóteses menos restritivas, supondo uma superação mais favorável no quadro de dificuldades externas. A combinação de um desenrolar tímido do processo de renegociação da dívida externa brasileira, do frágil desempenho da economia, consequência da adoção de uma política mais recessiva, com perspectivas de agudização, e do baixo nível de investimentos, evidencia a total inadequação do cenário de retomada. Daí a manutenção apenas do de ajustamento neste trabalho.

A elevação da inflação decorreu da correção de preços defasados, da incorporação do ágio aos índices oficiais e dos reajustes preventivos, decorrentes de especulações e da indefinição da política econômica, resultando num processo de realimentação permanente.

Quanto à dívida externa, desde a declaração da moratória (fevereiro/87), resultante da crise cambial, permanece o problema de renegociação com os credores externos.

Diante desse quadro, a política econômica do Governo procurou priorizar a renegociação da dívida externa, adotando medidas para elevar o nível do superávit na balança comercial e, dessa forma, reforçar o poder de barganha junto aos credores externos. Como resultado dessa opção, o País, por um lado, retoma a trajetória de elevados e crescentes superávits comerciais - especialmente a partir de junho - e, por outro, experimenta retração no nível de atividade econômica interna.

Essa redução da produção destinada ao mercado interno está intimamente associada à deterioração do poder de compra da população - devido à elevação das taxas inflacionárias a partir do Cruzado II em novembro de 1986 -, acentuada pela adoção do 2º congelamento de preços (Plano Bresser) que, ao mudar a fórmula de reajuste salarial,* não considerou a inflação ocorrida nos 15 primeiros dias de junho para efeito de correção dos salários. Acrescentem-se às causas da retração a manutenção das taxas de juros em níveis elevados (e reais) e as restrições ao crédito e ao gasto público impostas pelo Governo Federal.

Concretamente, o comércio vem apresentando indicadores de desempenho negativos e se deparando com uma demanda reprimida em pleno período de festas de fim de ano. O setor industrial, passada a fase de crescimento decorrente do atendimento das encomendas para reposição técnica dos estoques do comércio entre janeiro e março, apresentou resultados declinantes entre abril e setembro.

Esses indicadores não tenderam à recuperação nos últimos três meses do ano, em função da base de comparação - mesmo período do ano passado - ser muito elevada, apesar dos prováveis efeitos positivos do relativo afrouxamento nas negociações salariais,** verificados a

*De escala móvel (gatilho), que disparava sempre que a inflação atingisse 20%, passa a reajuste mensal a partir de outubro, com base na inflação média dos últimos três meses. Além disso, a inflação acumulada que excedeu o disparo do gatilho deveria ser paga em seis parcelas a partir do término do congelamento.

**Frise-se que os resultados dos grandes dissídios de fim de ano simplesmente apontam para uma certa recomposição dos índices oficiais (incluindo-se a antecipação dos resíduos do gatilho), acrescentados da inflação de 26,06% da primeira quinzena de junho.

partir de outubro e do excelente desempenho das exportações (no caso da indústria).

Assim, o ano de 1987 caracterizou-se por uma forte desaceleração do crescimento da economia brasileira, com o setor industrial apresentando sinais de recessão no segundo semestre. Vale observar também que este ano caracterizou-se por uma interrupção do processo de recuperação dos investimentos iniciado em 1985. Segundo estimativas do Instituto de Economia Industrial da Universidade Federal do Rio de Janeiro - IEI/UFRJ -, a formação bruta de capital fixo atingiu a marca de 16,6% do PIB em 1987.* Se esse número for comparado com a previsão contida no Plano de Controle Macroeconômico - 19,5% -, é fácil perceber que o Brasil deixou de realizar mais de US\$ 9 bilhões em investimentos em 1987, o que evidentemente compromete os projetos de expansão da capacidade produtiva de curto e médio prazo.

Segundo estimativas do IPEA¹ e IPARDES (tabela 2), o PIB brasileiro deve crescer 3,42% em 1987, sustentado pelo excelente desempenho do setor agropecuário.

TABELA 2 - TAXA DE CRESCIMENTO DA ECONOMIA BRASILEIRA,
SEGUNDO SETOR - 1970-91

SETOR	1970-86	1987	1988-91
Agropecuária	3,62	11,92	2,53
Indústria	6,34	(0,02)	4,43
Serviços	7,02	4,36	4,91
TOTAL	6,42	3,42	4,50

FONTE: Centro de Contas Nacionais-FGV, IPEA, IPARDES

Ingressando nas perspectivas de crescimento da economia brasileira para os próximos anos, evidencia-se seu atrelamento à questão da renegociação da dívida externa. Nesse sentido, cabe observar que o acordo preliminar recentemente firmado com os bancos privados estrangeiros representa simplesmente um refinanciamento dos juros que vencem

*Calculada a preços constantes de 1980, com base num crescimento do PIB de 3,5%.

no terceiro trimestre de 1987, ficando para 1988 a discussão dos pontos mais delicados.*

Uma restrição adicional para um amplo acerto com os credores em 1988 é a queda substancial verificada nas principais bolsas de valores dos países capitalistas, em outubro de 1987, tornando difícil a previsão sobre o desempenho das principais economias mundiais.

A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE -, revendo suas projeções sobre o comportamento futuro da economia mundial, aponta para uma expansão do Produto Nacional Bruto - PNB - do bloco desenvolvido de 2,25% e 1,75% em 1988 e 1989, respectivamente.

Esses números indicam que as economias alemã e japonesa, que poderiam sustentar um movimento de maior expansão econômica - em contraposição à provável recessão americana - estão demasiadamente dependentes das exportações. Assim, com a necessidade de os Estados Unidos diminuírem suas importações, essas economias devem ser afetadas. Ademais, em termos de Brasil, o redirecionamento de suas exportações para Japão e Alemanha parece difícil, dado que tais países são mais protecionistas que os Estados Unidos.

Entretanto, vale especular também que a tendência à recessão e ao menor crescimento do comércio mundial pode não se concretizar em 1988, devido às eleições presidenciais nos Estados Unidos.

Mesmo assim, para qualquer exercício de previsão parece válido supor maiores dificuldades à manutenção de elevados superávits na balança comercial brasileira.

Desse modo, mesmo supondo a ocorrência de uma renegociação da dívida em bases mais favoráveis, no sentido de permitir uma razoável margem de manobra para a montagem de uma estratégia interna de crescimento (através da realização de investimentos nos gargalos da indústria de base e dos setores de infra-estrutura e da criação de mecanismos de financiamento do investimento privado de longo prazo), é provável que a economia brasileira cresça, no período 1988-91, a taxas bem inferiores ao seu padrão histórico (por exemplo 6,42% ao ano entre 1970-86).

Assim, fez-se uma hipótese de crescimento de 4,5% a.a. para o PIB brasileiro, no período 1988-91, com a indústria crescendo à taxa de 4,43% a.a., a agricultura, 2,53%, e o setor serviços, à 4,91%. Tais resultados significam que o PIB brasileiro deverá atingir o montante de US\$ 327 bilhões em 1991, com a renda per capita elevando-se para cerca de US\$ 2 107.

*Reescalonamento da dívida de longo prazo, renegociação dos juros e do principal relativos a 1987-89, securitização voluntária (transformação dos títulos da dívida em bônus de longo prazo), etc.

Para tanto, prevê-se que deve ser investido aproximadamente 17,2% do PIB ao ano para o período 1988-91, supondo uma relação incremental capital/produto de 4,0 (tabela 3).

TABELA 3 - NECESSIDADES DE INVESTIMENTOS, NO BRASIL - 1970-91

PERÍODO	TAXA DE INVEST. I (% DO PIB)	VALOR EM CZ\$ I MILHÕES DE 1986I	VALOR EM US\$ MILHÕES
1970-75	21,2	-	-
1976-80	22,0	-	-
1981-84	19,1	-	-
1985	17,3	575 600	42 370
1986	19,6	704 023	51 940
1987 ^a	16,6	620 252	45 484
1988/91 ^b	17,2	-	-

FONTE: Centro de Contas Nacionais - FGV

^aEstimativa do Instituto de Economia Industrial - UFRJ

^bMédia adotada no "Cenário da Economia Brasileira" do BNDES.

2.2 PERSPECTIVAS DA ECONOMIA PARANAENSE

Tomando-se como referência a previsão sobre o comportamento da economia brasileira, espera-se que a economia paranaense cresça à taxa de 6,92% a.a. no período 1987-91, com a indústria crescendo à de 6,94% a.a., a agricultura, 6,51% a.a. e o setor serviços, 6,99% a.a.

Para 1987, espera-se que o Produto Interno Bruto do Paraná atinja um crescimento de 11,97%, decorrente de um desempenho favorável do setor agropecuário (19,4%) e de uma boa performance dos setores industrial e comercial - que deverão crescer, respectivamente, 9,41% e 8,62%. Com relação ao período 1988-91, o setor industrial paranaense deverá crescer à taxa de 6,53% a.a. - aproximadamente dois pontos acima da média da indústria nacional -, enquanto os setores agropecuário e de serviços deverão crescer 3,28% a.a. e 5,98% a.a., respectivamente, resultando em um crescimento médio de 5,64% a.a. para a economia estadual como um todo (tabela 4).

TABELA 4 - TAXAS DE CRESCIMENTO DO PRODUTO INTERNO BRUTO DO PARANÁ, SEGUNDO SETORES - 1986-91

SETOR	1986	1987	MÉDIA 1988-91
Agropecuária	(19,2)	19,43	3,28
Indústria	7,8	8,62	6,53
Serviços	8,3	10,89	5,98
Comércio	14,3	9,41	6,43
TOTAL	2,14	11,97	5,64

FONTE: IPARDES

Para atingir tais resultados, supondo-se uma relação incremental capital-produto igual a 2,7 - pouco superior à observada no passado (aproximadamente 2) -, a taxa de investimento na economia paranaense deverá se situar em torno de 14,4% do PIB.

Esses resultados significam que tanto no Paraná quanto no Brasil as taxas de investimento deverão se situar em níveis um pouco inferiores aos observados no passado, devido às dificuldades de financiamento. Lembre-se que taxas de crescimento menores que as observadas no passado pressupõem menores taxas de investimento que as historicamente observadas (21% para o Brasil e 17% para o Paraná).

O Paraná, mesmo investindo proporcionalmente menos que o Brasil, deverá apresentar um melhor desempenho, tal como se observou no período 1970-80.

Em termos de participação da economia paranaense em relação ao PIB brasileiro, esta deverá passar de 6,30%, em 1986, para 6,74% em 1991, recuperando parcialmente sua importância relativa, em termos de PIB, que decresceu nos anos de crise (em 1980 sua participação atingiu 6,54% do PIB brasileiro, caindo para 6,30% em 1986).

Dessa forma, o PIB paranaense deverá atingir em 1991 cerca de US\$ 22 040 milhões, com a renda per capita alcançando aproximadamente US\$ 2 189, ficando quase 4% acima da brasileira nesse mesmo ano.

3 CENÁRIO DO SETOR AGROPECUÁRIO PARANAENSE

3.1 EVOLUÇÃO RECENTE

Ao contrário da década de 70 - período da chamada modernização, quando o setor agropecuário paranaense experimentou um forte dinamismo e cresceu a taxas bastante elevadas -, os anos 80 não têm sido promissores em função do desempenho global observado até aqui.

Embora inserida no contexto recessivo da economia brasileira a partir de 1981, a economia paranaense contou de maneira instável, mas significativa, com a participação do setor agropecuário para seu desempenho, minimizando em parte os efeitos da conjuntura recessiva.

Entretanto, uma das características mais marcantes do desempenho do setor agropecuário paranaense nos anos 80 tem sido a instabilidade dos resultados obtidos, variando acentuadamente de um ano para outro. Assim, enquanto em 1981 e 1983 as taxas de crescimento real do setor foram de 11,7% e 6,7%, respectivamente, em 1982 e 1984 foram negativas: 8,3 e 2,4%.

Os resultados obtidos em 1985 pelo setor agropecuário, recuperando os bons níveis de produtividade alcançados em 1980, decorrem, sobretudo, das excepcionais condições climáticas observadas na safra 84/85. O desempenho das culturas de algodão, trigo, arroz e café contribuiu sobremaneira para que o setor alcançasse a taxa de crescimento de 27,4%. Esse desempenho foi o principal responsável pela significativa recuperação da economia paranaense e pela taxa de crescimento do PIB da ordem de 15,7%.

Não rompendo a alternância entre bons e maus anos agrícolas, verificados na década de 80, a estiagem que castigou o Paraná no final de 1985 e início de 1986 comprometeu grande parte da safra 85/86, cujas perdas mais importantes foram as do algodão, milho, soja e café. Pelas estimativas contidas neste trabalho, o PIB do setor agropecuário alcançou ao final de 1986 uma taxa de desempenho negativa da ordem de 19,42%. Mesmo assim, a economia paranaense manteve em 1986 uma taxa de crescimento positiva (2,14), em função justamente dos efeitos expansivos do Plano de Estabilização Econômica.

Vários fatores contribuíram para o desempenho alternado do setor agropecuário paranaense nos anos 80. As alterações climáticas ocorridas no período e certas características inerentes ao ciclo vegetativo de algumas culturas, como é o caso da lavoura cafeeira, são aspectos importantes e que devem ser levados em consideração quando se analisa esse desempenho. Entretanto, para uma melhor compreensão dessa questão, outras variáveis de caráter mais geral devem merecer atenção.

As políticas econômicas voltadas ao controle do déficit público e ao combate à inflação, durante o período de recessão, atreladas às determinações do Fundo Monetário Internacional, tiveram efeitos negativos sobre o setor agropecuário. A manutenção de elevadas taxas de juros e a diminuição do volume de crédito disponível para o setor rural são duas medidas, entre outras, que desestimularam a produção agrícola, sobretudo a dos pequenos produtores que, sem capacidade de acumulação, ficaram praticamente impossibilitados de se manterem no campo enquanto produtores rurais.

Tradicionalmente voltada para a produção de alimentos básicos, a pequena produção sofreu também com o desestímulo caracterizado pela redução da demanda de produtos agrícolas. As políticas econômicas para o setor agropecuário anteriormente mencionadas, aliadas ao perfil concentrador de renda, marginalizaram ainda mais os pequenos produtores que sobreviveram às transformações da base tecnológica e à concentração fundiária ocorridas na década passada.* A regressão das culturas alimentares no Paraná, nos últimos anos, é bastante ilustrativa a esse respeito e é provável que, mesmo sem a estiagem, os problemas na oferta de produtos alimentares básicos viessem a ocorrer.

O desestímulo para produzir atingiu também os médios e grandes produtores. A conjuntura internacional desfavorável para os produtos de exportação e a ausência de políticas de médio prazo para o setor transformaram a agricultura em uma atividade de elevado risco. Assim, os diversos mecanismos de um mercado financeiro em expansão acabaram atraindo para as aplicações especulativas considerável volume de recursos produtivos gerados no setor agrícola. Estabeleceu-se, dessa maneira, uma concorrência entre os dois setores, materializada pela transferência de renda de um para outro, à medida que poucas atividades conseguiram competir com o mercado financeiro.

O pouco interesse dos médios e grandes produtores paranaenses (que dispunham de capacidade de acumulação) em investir no setor agropecuário, ou seja, na reposição de máquinas e implementos agrícolas, manejo de solos, controle da erosão, introdução de novas variedades de sementes e melhoramento dos rebanhos e pastagens, explica, em parte, a estagnação da agricultura paranaense nos anos 80. A exceção do trigo, cultura subsidiada que experimentou uma grande expansão em 1985, as demais culturas têm se mantido ao longo dos anos 80 praticamente estáveis, em termos de área plantada, produção e produtividade. Essa si-

*As estatísticas sobre a situação fundiária no Paraná, referentes à década de 70, mostram que em 10 anos o Estado perdeu mais de 100 000 estabelecimentos com até 20 ha. Informações extra-oficiais demonstram que o processo de venda de terras de pequenos proprietários nas regiões Oeste e Sudoeste do Estado acelerou-se com a estiagem de 1986.

tuação só sofreu alteração na safra 84/85, em função das excelentes condições climáticas ocorridas nesse período.

A tentativa de diagnosticar a agricultura paranaense no passado mais recente encontra, no Plano de Estabilização Econômica - colocado em prática a partir de fevereiro de 1986 -, um importante marco. O interesse em investir no setor aumentou em função da conjuntura de diminuição do risco decorrente da estabilidade das taxas de inflação, desestímulo à especulação financeira, ampliação dos recursos creditícios com taxas de juros menores, eliminação da correção monetária e política de preços mínimos plurianuais. A conjugação desses fatores proporcionava aos produtores rurais um melhor planejamento de suas atividades, com mais confiança para investir e produzir, tornando-o menos vulnerável às flutuações de mercado.

Apesar dos problemas na regulação do abastecimento interno, o setor agropecuário reagiu positivamente a essas medidas. Ainda com o objetivo de estimular e garantir o crescimento da produção agropecuária do País, o Governo Federal, em agosto de 1986, divulga o Plano de Metas para o campo, cujos pontos mais importantes foram:

- a) incentivo à produção de alimentos (arroz, feijão, mandioca e milho);
- b) revisão dos valores básicos de custeio (100% para os pequenos e médios produtores e 80% para os grandes);
- c) estabelecimento de uma política de preços mínimos plurianuais para arroz, milho, sorgo, mandioca e feijão;
- d) definição de crédito de investimento, priorizando a recuperação de solos (Rio Grande do Sul e Paraná), secação e armazenagem de grãos (Centro-Oeste e Norte) e irrigação (Nordeste);
- e) obtenção de uma produção de 71,6 milhões de toneladas de grãos (arroz, feijão, milho, trigo, soja) na safra 88/89.

As modificações ocorridas na economia a partir do Plano Cruzado II, em novembro/86, inviabilizaram o cumprimento do Plano de Metas.

Os aumentos dos preços dos insumos agrícolas, apesar do congelamento, a generalização na cobrança do ágio e a escassez do crédito, agravadas pela elevação das taxas de juros, comprometeram a rentabilidade do setor e conseqüentemente a amortização dos empréstimos.

"Além dos problemas enfrentados pelo setor agrícola, anteriormente arrolados, a retomada da atividade econômica a partir de 1985, aumentando a massa de salários e recuperando o poder de compra de alguns segmentos da população, gerou um aumento na demanda de produtos alimentares. Como a produção vinha diminuindo, o problema do abastecimento interno se caracterizava como sendo de safras insuficientes frente ao mercado em expansão.

Em fevereiro/87, pressionado pela mobilização dos produtores agrícolas, o Governo adota um conjunto de medidas - dentre outras, revisão da política de crédito, correção dos preços mínimos para os produtos agrícolas - de forma a ajustar a política agrícola à nova condição da economia.

O aumento da demanda por produtos agrícolas verificado após o Plano de Estabilização, aliado às perspectivas favoráveis já mencionadas levou os produtores rurais a ampliarem sua produção no Paraná. Os reflexos dessa conjuntura se expressam na colheita da safra 86/87, cuja previsão é de aproximadamente 13 milhões de toneladas de grãos. Esse aumento na produção se deu via produtividade, uma vez que a área plantada quase não se altera em comparação aos últimos anos. O clima favorável, para a maioria das culturas de verão, o volume de recursos investidos, a recuperação e a conservação do solo foram alguns dos fatores que contribuíram para o desempenho do setor.

O milho foi a cultura que apresentou o maior índice de produtividade, pois muitos produtores, incentivados pelo Governo, deixaram de plantar soja e investiram no milho. Se os resultados foram positivos quanto à produção, o contrário ocorre com a comercialização, haja vista as dificuldades enfrentadas com preços, armazenagem, recursos para comercialização e até com transporte.

Em resumo, o desempenho do setor agrícola na safra 86/87 foi fortemente influenciado pelas condições climáticas favoráveis e pelas expectativas, por parte dos produtores, de boa rentabilidade.

3.2 PERSPECTIVAS

O futuro desempenho do setor agropecuário do Paraná estará condicionado, prioritariamente, aos rumos da política agrícola. Como condicionantes secundários têm-se o Programa Nacional de Reforma Agrária, o Programa Nacional de Irrigação, o Programa de Recuperação de Solos, além da conjuntura do mercado internacional (condicionante exógena) e dos fatores climáticos (condicionante aleatória). Considerando esses condicionantes, identificam-se as seguintes perspectivas e oportunidades para o Paraná no setor agropecuário:

- a) a inexistência de fronteiras agrícolas no Estado do Paraná limitará o crescimento da produção agrícola. O aumento da produção se dará sobretudo através de ganhos de produtividade;
- b) a prioridade dada pelo Governo para as culturas alimentares abre perspectivas para produção de arroz e feijão no Estado. O aumento da produção dessas culturas dar-se-á principalmente através de ganhos de produtividade, inclusive em sistemas de várzeas (arroz - Programa de Irrigação), visando superar a dependência das condições climáticas adversas;

- c) o milho deverá aumentar a produção via ganhos de produtividade, o que será de fundamental importância para a redução dos custos nos setores da avicultura e da suinocultura, sobretudo devido à proximidade das áreas de plantio com os grandes centros criatórios e abatedouros;
- d) a soja continuará sendo um produto significativo na agricultura paranaense, apesar da concorrência das novas regiões produtoras;
- e) o café continuará tendo um papel importante na economia do Estado, apesar da instabilidade da cultura, seguidamente sujeita a fatores climáticos adversos e flutuações de preços no mercado internacional;
- f) o algodão, cultura socialmente importante, dado seu elevado grau de ocupação da força do trabalho, terá seu desempenho fundamentalmente dependente da dinâmica do mercado interno do setor têxtil;
- g) o trigo, por ser uma cultura estratégica - é plantado na mesma área da soja, como cultivo de inverno -, continuará sendo importante no Estado.

4 CENÁRIO DO SETOR INDUSTRIAL PARANAENSE

4.1 ANÁLISE E PERSPECTIVAS DA INDÚSTRIA EXTRATIVA E DE TRANSFORMAÇÃO

As perspectivas para a indústria paranaense só podem ser delineadas a partir do exame das especificidades de sua estrutura produtiva e de uma avaliação das características, limites e possibilidades de sustentação do crescimento industrial brasileiro para os próximos anos.

Começando pelas peculiaridades estruturais, observa-se que a indústria paranaense caracterizou-se, na década de 70, por um forte dinamismo e uma crescente diversificação. Os gêneros tradicionais, mais intimamente ligados à transformação de produtos agropecuários, perderam peso no total da indústria em favor dos ramos mais modernos (metal-mecânico) e novos (fumo), menos vinculados à agropecuária estadual. Ao mesmo tempo, dentro dos gêneros tradicionais (mais especificamente madeira, química e produtos alimentares), ocorreu uma rápida modernização no sentido de uma maior distância ou até dissociação da agroindústria (química, especificamente).

Já o primeiro quinquênio dos anos 80

marca uma significativa desaceleração da tendência de forte expansão e progressiva diversificação da base industrial do Estado, iniciada na década de 70.

As alterações estruturais verificadas estiveram associadas a três ordens de fatores:

- a) ao significativo crescimento da produção agropecuária paranaense e/ou à continuidade do processo de diversificação da agroindústria, refletido no aumento da participação de fabricação de álcool, complexo soja, produtos derivados do milho, abate de aves, fabricação de açúcar e beneficiamento de café e outros cereais;
- b) à maturação plena de grandes investimentos realizados em setores modernos e/ou novos da indústria paranaense no final da década de 70 e início dos anos 80 (micro e minicomputadores, ônibus e caminhões, malte, cigarros, papel de imprensa);
- c) aos reflexos da conjuntura econômica recessiva a

nível nacional, especialmente nas indústrias de minerais não-metálicos, madeira, metalurgia e mobiliário, sendo que algumas experimentaram um processo de diversificação mesmo durante a crise.

Vale ressaltar, no caso da madeira, que se trata não apenas de uma situação conjuntural dada pela crise, mas de um problema estrutural, fruto, principalmente, da escassez de matéria-prima florestal. Entretanto, essa tendência de progressiva queda na participação desse gênero no total da indústria deve ser, se não revertida, ao menos bloqueada, devido, de um lado, à continuidade do processo de modernização do setor (laminados, aglomerados, compensados) e, de outro, ao provável crescimento da produção de madeira, associado à maturação dos primeiros reflorestamentos de pinus, potencialmente utilizáveis pelas serrarias.

Assim, apesar das mudanças ocorridas nesse curto espaço de cinco anos, a indústria paranaense permanece ainda bastante atrelada à agropecuária, só que num nível qualitativo superior, evidenciado por um maior grau de elaboração da matéria-prima. O conjunto dos gêneros produtos alimentares, têxtil, e uma fração da química que compreende a produção de óleo bruto e farelo de soja, e a destilação de álcool geravam 36,2% do Produto Industrial em 1985, peso bastante superior ao das outras três vertentes da industrialização do Estado: bens intermediários (19,7% - refino de petróleo e papel e papelão), insumos da construção civil (16,4% - minerais não-metálicos, metalurgia e madeira) e o embrião da indústria de bens de capital (13,6% - mecânica, material elétrico e material de transporte).²

Passando à análise das possibilidades da indústria nacional, é certo que o crescimento pode ser comprometido se não houver uma retomada firme dos investimentos industriais para aumentar a capacidade de produção. Existem fortes evidências de que os investimentos ocorridos em 1985 e 1986 destinaram-se principalmente à modernização e substituição de equipamentos pelo setor privado em áreas de retorno imediato (bens de consumo em geral). Além disso, em alguns setores, praticamente não existem margens de ociosidade, principalmente na área de insumos básicos - siderurgia, petroquímica, papel e celulose e metais não-ferrosos.

Analisando mais detidamente essa questão, observa-se que, na realidade, os segmentos de base atingiram praticamente o limite técnico de plena capacidade já em fins de 1984, quando, face ao extraordinário crescimento da economia norte-americana e à disposição de seu governo de suportar elevados e crescentes déficits na balança comercial, elevando fortemente suas importações, garantiram a recuperação da economia brasileira. Assim, o prosseguimento da recuperação verificada em 1985 e a expansão de 1986, determinados pela ampliação da demanda interna - pressionando ainda mais a capacidade produtiva desses setores - , apenas evidenciaram o problema de assincronia na retomada dos investimentos ou, mais especificamente, da falta de articulação entre os investimentos do setor privado e os do setor público. Dessa forma, a oferta cresceu de forma desequilibrada, e exatamente os principais fornecedores dos setores que puxavam o crescimento ficaram para trás.

Entretanto, a eliminação desse ponto de estrangulamento ao crescimento da produção industrial - atraso dos investimentos nos setores básicos - está atrelada à limitação da capacidade de investimento do setor público (especialmente à superação dos problemas financeiros das estatais da área de insumos básicos) e à definição de esquemas viáveis de financiamento dos investimentos de longo prazo, questões que dependem fundamentalmente da reestruturação das contas externas e da geração de poupança interna em níveis compatíveis com as necessidades de crescimento econômico.

A renegociação da dívida externa está carregada de incertezas. A moratória técnica declarada pelo Governo brasileiro em consequência da crise cambial** não possibilitou negociações que resultassem em soluções mais definitivas para o problema. E, conforme dito anteriormente, o acordo provisório feito recentemente com os banqueiros privados internacionais deixa para 1988 os principais aspectos da renegociação da dívida externa brasileira.

A previsão de arrecadação com os depósitos compulsórios em 1986 e 1987 e com aplicação programada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento - FND - para 1987 mostrou-se insuficiente (3,4% do PIB) diante das reais necessidades de investimento da economia brasileira. Ademais, ao se examinar a alocação setorial dos recursos, constata-se

*Isso gerou pressões adicionais sobre a inflação (com a progressiva generalização do ágio, principalmente nesta área de bens intermediários), estoques e saldo da balança comercial.

**Decorrente basicamente da queda vertiginosa das exportações de setembro a dezembro de 1986 (provocando inclusive déficits na balança comercial de outubro a dezembro) e de sua tímida recuperação nos primeiros meses de 1987.

que seu principal destino foi o saneamento financeiro dos sistemas SIDERBRAS e ELETROBRAS, ficando os investimentos pesados em plano secundário.

Associe-se a essas observações alguns resultados de pesquisas realizadas no final de 1986 pela Fundação Getúlio Vargas - FGV - e Federação das Indústrias do Estado de São Paulo - FIESP -, indicando, respectivamente, que em 1987 poucos segmentos produtores de bens intermediários deveriam aumentar a capacidade de produção e parcela pequena dos recursos programados para investimento pelo setor industrial paulista se destinaria a inversões de longo prazo. Diante disso, não constitui surpresa a constatação de 1987 não ter representado o início de um novo ciclo de investimentos pesados (públicos e privados) no Brasil, persistindo portanto essa barreira ao crescimento.

Além das restrições estruturais - desequilíbrio das contas externas e baixo nível dos investimentos - outros fatores conjunturais influenciaram negativamente a produção industrial em 1987, dentre os quais se destacam:

- a) a contínua transferência de recursos do setor privado para o setor público prevista no Cruzado II;
- b) a progressiva queda do poder aquisitivo dos salários, induzida especialmente pela aceleração inflacionária (mesmo com a aplicação do gatilho), e acentuada com o Plano Bresser, que interferiu significativamente na redução do consumo privado;
- c) o aumento do imposto de renda cobrado das pessoas físicas a partir de 30.04.87;
- d) os juros internos elevados que, de um lado, inviabilizaram investimentos em ampliação da capacidade produtiva e estimularam a especulação financeira e, de outro, provocaram retração nos gastos de consumo;
- e) o rigoroso controle sobre as importações de insumos e equipamentos produzidos no exterior.

A indústria de bens de consumo duráveis foi diretamente afetada por esse quadro desfavorável com efeitos derivados sobre os segmentos produtores de bens intermediários e de capital.* A indústria de bens de consumo não-duráveis foi, de um lado, beneficiada pela safra agrícola e, de outro, prejudicada pela queda no consumo. Assim, as performances positivas restringiram-se aos setores mais articulados à agropecuária e/ou exportações.

*A produção de bens de capital já vem registrando taxas negativas, os pedidos vêm caindo e a disponibilidade interna tem diminuído ainda mais, devido ao desvio de parte das encomendas para exportação.

Segundo estimativas do IPARDES (ver anexo), a indústria extrativa e de transformação deve registrar retração de 0,33% em 1987.

Quanto às possibilidades estruturais de crescimento da indústria brasileira no médio prazo (a partir de 1988), evidencia-se sua dependência de uma renegociação da dívida externa em bases mais favoráveis no sentido de uma redução das transferências líquidas anuais de recursos ao exterior* e/ou de obtenção de dinheiro novo - que resulte em folgas cambiais permanentes e compatíveis com a necessidade de realização de grandes investimentos nos setores industriais prioritários (insumos básicos e tecnologia de ponta) e em infra-estrutura básica (transportes e energia elétrica). Há que se considerar ainda que o retorno de tais investimentos é defasado no tempo.

Evidentemente, essas restrições caracterizam uma indefinição ao quadro das possibilidades de sustentação e dos determinantes do crescimento industrial brasileiro nos próximos anos, tornando bastante difícil uma avaliação mais definitiva sobre seu comportamento futuro.

Entretanto, considerando o delineamento de uma situação em que convivem elevadas taxas de inflação e restrições no setor externo, parece razoável supor que sua superação dependerá da condução da política econômica, do privilegiamento à manutenção de elevados superávits comerciais - estratégicos para reforçar o poder de barganha junto aos credores externos -, através da ampliação das exportações,** de um controle mais rigoroso sobre as importações e de um crescimento mais moderado do consumo interno.

Nessas circunstâncias, pode-se inferir que, passada a fase de ajustamento em 1987, na busca de condições que possibilitem uma renegociação razoável da dívida externa, a indústria brasileira deve retomar sua trajetória de crescimento no período 1988-91,*** sustentada na base já existente, à uma taxa média inferior ao seu padrão histórico.

Em 1987, a indústria paranaense foi menos afetada pela recessão econômica brasileira, devido à sua estrutura produtiva diferenciada sustentada na agroindústria.

Essa redução se daria através de um reescalonamento plurianual dos prazos das amortizações e/ou redução dos juros sobre o estoque da dívida e dos spreads.

**Volta-se ao problema original, pois o setor mais aberto às exportações - bens intermediários - é o mais atrasado em investimentos, além dos prováveis problemas de protecionismo por parte dos países importadores de produtos brasileiros (especialmente Estados Unidos) e das incertezas quanto às perspectivas da economia mundial.

***Existem fortes evidências de que ocorreu um aprofundamento no quadro recessivo do setor industrial no segundo semestre de 1987.

Estimativas bastante preliminares indicam que a indústria extrativa e de transformação do Paraná deve crescer 8,22% em 1987, puxada pelos gêneros de produtos alimentares, química (óleo bruto, farelo de soja e álcool principalmente) e papel e papelão.

Conforme mencionado anteriormente, a dinâmica da industrialização brasileira a médio prazo será dada fundamentalmente pelo desempenho dos setores já instalados, em virtude do longo prazo de maturação dos investimentos nos setores de ponta e de insumos básicos.

Diante disso, e considerando que historicamente a indústria extrativa e de transformação paranaense cresce a um ritmo superior ao da brasileira, em razão das peculiaridades de sua estrutura produtiva, prevê-se um crescimento de 6,6% ao ano entre 1988 e 1991.

É oportuno indicar, também, que essas previsões estão sustentadas na provável expansão e diversificação do parque já existente, pois, à primeira vista, as perspectivas de migração de investimentos externos ao Paraná parecem tímidas devido:

- a) à inexistência de uma política nacional de regionalização da indústria;
- b) à incipiente política estadual de atração de novos empreendimentos industriais;
- c) às menores vantagens locais desfrutadas pelo Paraná em relação ao interior de São Paulo e Minas Gerais, principalmente para fazer face a uma provável desconcentração espontânea da indústria nacional;

4.1.1 Metal-Mecânica

O segmento metal-mecânico inclui os gêneros metalurgia, mecânica, material elétrico e de comunicações e material de transporte. Na década de 70, esse grupo de gêneros elevou sua participação no PIB industrial - passando de 8,8% em 1970 para 13,4% em 1980 -, devido principalmente à instalação e funcionamento de algumas unidades de grande porte - com avançado grau de especialização -, empregadoras de moderna tecnologia e voltadas fundamentalmente ao atendimento do mercado nacional.

Entre 1981 e 1983, esse segmento foi bastante afetado pela política econômica recessiva adotada pelo Governo Federal, resultando num recuo de sua participação no PIB industrial para 12,4% em 1983. A recuperação plena e o crescimento de seu nível de atividade ocorrem a partir de 1985 através da utilização da capacidade ociosa planejada já existente em 1980, que se acentuou no curso do processo recessivo, elevando aquela participação para 15,9%.

A composição dessa indústria, em termos de valor agregado em 1985, era de 14% na metalurgia, 32% na mecânica, 28% em material elétrico e de comunicações e 26% em material de transporte. Dentro de cada gênero, a produção é bastante concentrada, à exceção da metalur-

gia, em que uma única empresa representava 33% do valor da produção em 1984. Na mecânica, três empresas - fabricantes, respectivamente, de colheitadeiras, refrigeradores e freezers e de equipamentos frigoríficos - contribuem com mais de 50% do valor da produção. Em material elétrico e de comunicações, três estabelecimentos produtores de micro e mini computadores, equipamentos de telecomunicações e cabos telefônicos, respectivamente, representam 67% do valor da produção. No gênero material de transporte, 72% da produção provém de uma fábrica de ônibus e caminhões e de uma outra de peças de precisão para equipamento a diesel.

Especificamente na indústria mecânica, destacam-se algumas empresas fabricantes de equipamentos para agroindústrias. Tratam-se de empresas que, por atenderem um mercado bastante pulverizado, operam em diversas linhas com pouca sofisticação; ou seja, como não têm um mercado significativo que justifique a concentração da produção num único tipo de equipamento (não há escala que permita a especialização), fabricam muitos produtos para poder sobreviver. Com relação ao desempenho do complexo metal-mecânico em 1986, esse apresentou um pequeno crescimento devido basicamente à performance obtida pelo gênero mecânica. Já em 1987 houve um desaquecimento, em virtude do fraco desempenho da construção civil e da total indefinição com relação aos investimentos públicos.

As perspectivas para o complexo metal-mecânico paranaense são:

- a) crescimento generalizado a partir de 1988, sustentado pela expansão das indústrias já instaladas ligadas à construção civil, agropecuária e ao mercado institucional (energia elétrica e telecomunicações), dado que muitas delas iniciaram processos de ampliação da capacidade produtiva em 1986 - com reflexos positivos sobre a demanda de mão-de-obra e insumos -, que não devem se reverter;
- b) manutenção da inexpressiva integração industrial, devido ao reduzido tamanho do mercado consumidor local de matérias-primas, materiais e componentes, e a uma série de problemas apresentados pelos fabricantes locais de matérias-primas, partes e peças (que as grandes indústrias tentaram desenvolver), tais como: reduzida escala de produção; qualidade deficiente; falta de equipamentos adequados e de prática com manipulação de produtos de alto grau de especificação e exigência; baixa qualidade do pessoal técnico; inadequado planejamento de produção, etc.;
- c) manutenção da tendência de diversificação exagerada e de pouca eficiência dos produtores de equipamentos para as agroindústrias, dada a natureza pulverizada de seus mercados;

- d) tímida migração de capitais externos (outros estados e exterior) para o Paraná, em razão de suas menores vantagens em relação às outras regiões (interior de São Paulo e Minas Gerais, por exemplo), como: ausência de apoio político na esfera federal, incipiência de um parque fornecedor local, escassez de mão-de-obra qualificada, etc;
- e) às restrições infra-estruturais do Paraná (escassez de mão-de-obra qualificada em alguns setores e insuficiência de água), que podem inclusive comprometer o desempenho do parque já instalado.

4.1.2 Complexo Madeira

O Paraná, no início deste século, possuía em torno de 85% de cobertura florestal. Em 1980 já se chegava ao alarmante índice de 17,21%, decrescendo em 1985 para aproximadamente 9,61% da área total do Estado, incluindo-se nesse total áreas de preservação permanente, tais como parques nacionais, reservas ecológicas, etc. Estima-se que o Paraná possui hoje perto de 5% de sua cobertura vegetal nativa para tipos econômicos.

Esse desmatamento trouxe graves reflexos para o setor como um todo, devido à escassez crescente da madeira, principalmente do pinheiro do Paraná (pinho), com o conseqüente aumento do preço da matéria-prima básica.

Para um exame mais detalhado do complexo madeira no Estado, convém abordá-lo a partir dos gêneros madeira, móveis, papel e papelão.

Nos últimos anos, observa-se que a participação relativa desses gêneros no produto da indústria paranaense vem declinando, à exceção de papel e papelão, conforme evidencia a tabela 5.

TABELA 5 - DISTRIBUIÇÃO DO PRODUTO INTERNO BRUTO A CUSTO DE FATORES DA INDÚSTRIA DO PARANÁ, SEGUNDO GÊNEROS-1970-1975-1980-1985

GÊNERO	1970	1975	1980	1985
Indústria	100,00	100,00	100,00	100,00
Complexo madeira	31,59	29,02	24,87	15,31
Madeira	22,50	20,54	15,10	6,22
Mobiliário	3,89	3,53	3,72	2,83
Papel e Papelão	5,20	4,95	6,05	6,26

FORTE: IPARDES

Verifica-se que o complexo madeira, que em 1970 era responsável por quase 32% da formação do PIB da indústria do Paraná, passou para pouco mais de 15% em 1985.

Constata-se ainda que o gênero que decresceu significativamente foi o de madeira, fundamentalmente atrelado, até então, à exploração das florestas nativas.

Madeira - os remanescentes das florestas nativas de pinheiro do Paraná estão concentrados basicamente na região sul do Estado, em maciços florestais bastante pulverizados e valorizados, controlados por particulares, principalmente pessoas físicas ou empresas agrícolas, indústrias madeireiras, incluindo todos os segmentos e parques florestais.

A exaustão das florestas nativas de pinheiro tem sido acentuada nos últimos anos, passando a disputa a ser mais acirrada entre os diversos segmentos da indústria madeireira do Estado, com consequente aumento dos preços da matéria-prima.

Diante disso, inúmeras indústrias madeireiras encerraram ou diminuíram suas atividades nos últimos anos, permanecendo somente aquelas que souberam dosar seu estoque de florestas e implantar precocemente seus plantios de florestas artificiais para o suprimento futuro.

De fato, até fins de 1985 o setor madeireiro ainda operava com um índice de ociosidade da ordem de 70%, com grande número de empresas relocando-se para outras regiões do País, notadamente para o Norte, em busca de matéria-prima básica. Isso se confirma pelo levantamento do perfil da estrutura produtiva do Estado, elaborado pela Secretaria de Indústria e Comércio, o qual conclui que o gênero madeira ocupa atualmente a segunda posição em número de empresas, com 2.200 estabelecimentos cadastrados até 1985. Mesmo assim, em 1980, havia mais de 3 000 empresas em atividade no gênero madeira no Paraná.

Pode-se inferir ainda, que, mesmo com a implantação de maciços florestais artificiais, através de programas de reflorestamento iniciados em 1966 - quando foi criada a lei de incentivo fiscal -, não se conseguiu reverter a tendência de queda no nível de atividade do setor madeireiro até o momento.

A partir de 1987, no entanto, a produção global de madeira deverá aumentar, invertendo a tendência apresentada nos últimos anos, em função principalmente do prazo de maturação (20/25 anos) dos primeiros reflorestamentos efetuados.

Em verdade, a produção global de madeiras (pinho, folhosas e pinus) tem decrescido ano a ano. No período de recessão, o decréscimo médio de produção atingiu cerca de 12% ao ano, só se estabilizando a produção de 1986 aos níveis de 1985, em razão dos reflexos do Plano Cruzado. Tal decréscimo na produção de madeiras só não foi maior devido ao incremento médio anual na produção de pinus no mesmo período, da

ordem de 30%, compensando parcialmente a queda do pinho (22% a.a.) e de folhosas (30% a.a.). Isso fez com que a participação do pinus, em relação ao total de madeira produzida, passasse de pouco mais de 10% em 1982 para cerca de 55% em 1986.

Para os próximos quatro anos (1988-91), o pinus deverá continuar apresentando um incremento médio anual ao redor de 30%, fazendo com que sua participação em relação ao total da madeira produzida atinja quase 90% ao final do período. Esse crescimento do pinus, aliado ao contínuo decréscimo de produção de pinho e folhosas (10% a.a., em média), tende a elevar a produção total de madeira no período 1988-91, desde que a economia continue crescendo e a retomada de produção de madeiras da região norte do País não se dê aos níveis verificados em 1986.

Da área total reflorestada no Paraná, aproximadamente 64% se refere a pinus. Inicialmente plantado para o abastecimento da indústria de papel e celulose, o pinus começa hoje a ser mais utilizado para inúmeros fins, tais como serrados, laminados, miolos de compensados, móveis, etc.

No entanto, grande parte das empresas madeireiras ainda não está adaptada a essa nova realidade, devido ao uso de equipamentos inadequados para a matéria-prima, o que ocasiona baixo índice de aproveitamento da madeira de pinus.

Em 1986, a demanda por pinus se acentuou não somente devido ao elevado nível de atividade do setor moveleiro e à retomada da economia de um modo geral, como também em relação à construção civil, visto que essa madeira começa a ser usada nesse segmento como matéria-prima estrutural, decorativa e de revestimento, e não apenas para a fabricação de formas para concreto (compensado) e placas aglomeradas.

Como fator agravante, observa-se um grande acréscimo na demanda de produtos florestais, inclusive lenha e carvão vegetal para substituição de óleo combustível, o que vem provocando um novo ciclo predatório da cobertura vegetal remanescente, sem a necessária reposição. Além disso, o Plano Nacional de Reforma Agrária tem contribuído, no Paraná, para a aceleração do processo de devastação florestal, devido às ameaças de desapropriações que têm ocorrido. Em consequência, têm sido cortadas florestas ainda remanescentes para introdução de culturas agrícolas, devido ao temor de que determinadas propriedades sejam declaradas como improdutivas.

Esse quadro alerta para a necessidade de se recompor os maciços florestais devastados através de reflorestamentos compatíveis com as necessidades de consumo, uma vez que tem ocorrido diminuição na área reflorestada nos últimos anos, o que, caso não sejam deflagradas medidas nesse sentido, afetará o abastecimento futuro.

Papel e Papelão - O setor de papel e celulose no Brasil apresentou taxas de crescimento anuais de 9% a 12% nos últimos 15 anos,

respectivamente, contra uma elevação média do PIB de 7% a.a no mesmo período. Esse crescimento resultou principalmente das metas estabelecidas no II Plano Nacional de Desenvolvimento - PRD -, do qual foi gerado, em 1974, o Plano Nacional de Papel e Celulose - PNPC.

Estimulado ainda pelo desempenho do setor externo, o País passou de importador para um dos principais exportadores na última década e ocupa a oitava e décima primeira posição entre os maiores produtores de celulose e papel, respectivamente. No Paraná, as taxas de crescimento do gênero papel e papelão superam as verificadas a nível nacional, com elevação inclusive de sua participação nas exportações paranaenses, conforme mostra a tabela 6. Esse crescimento foi possível face às vantagens naturais que o Paraná oferece comparativamente a outros estados.

TABELA 6 - EXPORTAÇÕES PARANAENSES, SEGUNDO GÊNEROS SELECIONADOS - 1975-1980-1984

GÊNERO	1975		1980		1984	
	valor	%	valor	%	valor	%
TOTAL	1 036 924	100,00	2 108 032	100,00	2 513 295	100,00
Papel e papelão	622	0,06	5 112	0,24	53 652	2,13

FORTE: CACEX, Exportações Paranaenses - CEXPAR

As primeiras indústrias de celulose e pasta mecânica que aqui se instalaram utilizavam o pinheiro do Paraná como principal matéria-prima. Posteriormente, com a implantação de maciços florestais, especialmente de pinus, foi possível não somente a consolidação e a expansão das empresas já existentes, como também a criação de novas indústrias.

Hoje o Paraná ostenta a seguinte posição no setor:

- a) primeiro produtor de pasta mecânica;
- b) segundo produtor de papel e celulose fibra longa;
- c) único produtor de papel de imprensa do País.

Embora esteja ocorrendo um processo de escassez e elevação do preço da madeira, o que pode parecer contraditório, o fato é que o Paraná ainda possui maciços florestais de pinus sem destinação econômica, implantados principalmente com recursos oriundos dos incentivos fiscais. Tais reservas dariam suporte à implantação de uma ou duas unidades de produção de matérias-primas fibrosas para fabricação de papel.

A tendência hoje é a integração das atividades do setor de papel com o setor de madeira, uma vez que a indústria de celulose utiliza praticamente a madeira de desbastes e dos primeiros cortes, enquanto a indústria madeireira, as toras de maior diâmetro. Os grandes projetos aqui implantados atuam nesse sentido de aproveitamento integral da floresta.

Essa tendência de verticalização da atividade florestal e de celulose e papel, em seus diversos aspectos, impõe-se não somente como uma condição para propiciar maior eficiência, economicidade e racionalidade, mas também em função de dotar o Paraná de uma estrutura mais integrada no setor. Nesse sentido, surge como fator vital a implantação de pelo menos uma unidade de fabricação de pasta para fornecer matéria-prima às fábricas de papel não-integradas. Além dessa empresa, outras poderiam ser beneficiadas, visto que normalmente adquirem fibras provenientes de empresas de outros estados e até do exterior.

A vocação do Paraná, pela composição de suas florestas, é de se tornar um grande fornecedor de pasta de celulose de fibra longa, matéria-prima produzida no Brasil em quantidades menores que sua necessidade de consumo e insumo para fabricação de papéis de embalagem, principalmente, que constitui o papel mais produzido no Estado, além do papel de de imprensa.

O grande entrave, contudo, para a implantação de novas unidades autônomas de fabricação de pasta se encontra nos altos valores de investimentos exigidos, aliados a um retorno comprometedor, dada a diferença de preço da celulose no mercado interno frente ao externo. Isso tem levado as empresas a direcionarem sua produção preferencialmente ao mercado externo, até para manter a posição conquistada pelo Brasil como fornecedor internacional de fibras, com todas as consequências no mercado doméstico quanto às empresas de papel não-integradas.

Após atingir praticamente o limite de sua capacidade instalada, o setor de papel e celulose prepara-se para um novo ciclo de investimentos, objetivando atender à demanda interna e os compromissos de exportação firmados no exterior.

Com isso, o setor planeja investir US\$ 4,2 bilhões até 1995. Atualmente, já estão em andamento projetos orçados em US\$ 3,2 bilhões, os quais acrescentarão até 1991 mais 60% ou 2,7 milhões de toneladas/ano na capacidade nacional de produção de celulose e 30% ou 775 mil toneladas/ano na de papel.

No Paraná, muitas das empresas instaladas também estão com projetos ou executando ampliações em suas unidades, o que, estima-se, proporcionará ao Estado manter as elevadas taxas de crescimento do gênero papel e papelão. Para que isso aconteça, ainda é necessário que o setor invista continuamente em reflorestamento, de modo a se tornar auto-suficiente no abastecimento de matéria-prima.

Móveis - As indústrias do setor moveleiro no Brasil estão concentradas basicamente nas regiões Sul e Sudeste, enquanto as grandes reservas madeireiras se localizam em sua maior parte na região Norte, o que implica elevados custos de transporte da matéria-prima.

Assim, a exportação de toras de madeira em bruto tem produzido efeitos negativos ao setor moveleiro, não somente pelo baixo valor agregado às exportações, como também por comprometer o fornecimento de madeira para a indústria de móveis.

A nível nacional, 70% da produção total do setor moveleiro é representada por móveis de madeira maciça e de chapas de madeira (aglomerado, compensado, chapa dura, etc).

No Paraná, a tendência do setor moveleiro, do ponto de vista da matéria-prima, é de fabricar móveis principalmente a partir de matérias-primas industrializadas, com uso cada vez maior de compensados, aglomerados e outros, conforme se verifica pelas próprias ampliações em curso na capacidade instalada de produção das unidades fabricantes de chapa dura e aglomerada.

Em razão da grande diversificação existente na indústria de móveis do Paraná, quer a nível de linhas de produtos, quer a nível de variedade de material utilizado em substituição à madeira, o gênero moveleiro foi menos afetado pela crise de abastecimento de matéria-prima, comparativamente ao gênero papel e papelão. Somente a partir de 1985, o setor moveleiro começou a se recuperar dos efeitos da recessão, impulsionado pela retomada do crescimento econômico e pela recomposição do poder de compra dos assalariados, chegando a acusar no final do ano um crescimento de produção de 10% em relação a 1984.

Com o advento do Plano Cruzado e o conseqüente aumento de demanda, especialmente de bens de consumo duráveis, as vendas de móveis foram ainda mais impulsionadas, registrando um crescimento médio de 25% em 1986, em relação ao ano anterior.

Portanto, a recuperação do setor se deu basicamente em razão do desempenho do mercado interno, com expansão generalizada da atividade comercial, destacando-se na venda de bens de consumo duráveis.

O segmento de móveis e decorações obteve maior crescimento real de vendas no comércio varejista da Região Metropolitana de Curitiba em 1986.

No primeiro bimestre de 1987, as indústrias moveleiras ainda estavam atendendo pedidos de reposição de estoques por parte dos lojistas e algumas empresas do setor ainda apresentavam elevação real do faturamento. A partir de março, no entanto, a desaceleração nas vendas de móveis foi geral, sendo que as no varejo caíram 50%, com menores reflexos naquelas empresas que direcionam parte de sua produção para exportação.

Essa situação agrava-se pelo fato de que cerca de 3.000 indústrias moveleiras foram implantadas em 1986. Muitas inclusive aumen-

taram seu nível de capacidade instalada, através de ampliação ou modernização de suas unidades fabris.

De fato, durante o período recessivo o setor não fez reposição de equipamentos e, portanto, encontrava-se defasado em termos de novas tecnologias, sendo muitos investimentos direcionados para esse fim.

No entanto, o setor moveleiro ainda encontra-se defasado tecnologicamente e não adaptado às novas exigências de mercado, tais como o design dos móveis aos novos padrões habitacionais, especialmente para as moradias de baixa renda. O próprio nível de competitividade do setor é baixo, segundo os padrões internacionais, no que se refere à qualidade e acabamento dos produtos, o que tem limitado o crescimento das exportações de móveis, notadamente do Paraná, que não tem essa tradição.

Outro ponto a destacar é que a maior parte da mão-de-obra empregada no setor moveleiro possui baixo nível de qualificação, agravado pela inexistência de escolas, no Paraná, para formação de profissionais especializados nas diversas áreas: projetos, design, processo, acabamento, etc.

Portanto, somente com um melhor treinamento da mão-de-obra e uso de máquinas automatizadas de maior produtividade será possível obter móveis de melhor qualidade e acabamento, condições básicas para se atingir o mercado externo, configurando-se como uma alternativa para a manutenção dos índices de crescimento do setor moveleiro do Paraná nos próximos anos.

São condições básicas para a manutenção do crescimento do setor, ainda, a recomposição do poder de compra dos salários e a definição de uma política habitacional para o País, uma vez que o desempenho da indústria moveleira é muito afetado por fatores conjunturais.

Levando-se em consideração a análise anterior, as perspectivas do complexo madeira são:

- a) tendência ascendente na atividade do gênero madeira no período 1988-91, pois o incremento previsto na produção de madeira proveniente do pinus - devido à maturação dos primeiros reflorestamentos incentivados - mais que compensará a queda na exploração de madeiras nativas (pinho e folhosas);
- b) as empresas que não dispuserem de recursos florestais próprios, bem como de outros meios para adquirir a madeira, deverão continuar se deslocando para outras regiões do País ou simplesmente encerrar atividades, em um processo crescente de transferência do parque industrial madeireiro para outros estados;

- c) uso cada vez maior do pinus como matéria-prima em substituição a espécies em processo de extinção, principalmente em produtos, tais como compensados e aglomerados;
- d) tendência de integração e verticalização das atividades do setor de papel, celulose e madeira, com objetivo de maximizar o uso do potencial florestal, proporcionando maior eficiência, economicidade e racionalidade à atividade florestal;
- e) que o principal segmento consumidor de florestas plantadas continuará sendo a indústria de celulose e papel, em constante crescimento e com necessidades cada vez maiores de matéria-prima, o que demandará programas de investimentos em florestas que garantam o abastecimento das unidades de produção de fibras;
- f) continuidade do crescimento do gênero papel e papelão em razão de ampliações na capacidade instalada de algumas empresas de peso no setor, bem como de implantações de máquinas para fabricação de papel em empresas de médio porte;
- g) grande potencial para implantação de unidade de fabricação de fibras no Paraná, em razão dos maciços florestais de pinus sem destinação econômica existentes em determinadas microrregiões do Estado, notadamente Guarapuava;
- h) necessidade de treinamento de mão-de-obra e modernização dos equipamentos do setor moveleiro;
- i) reativação do ramo de construção civil, caso ocorra a definição da política habitacional, devendo sustentar o crescimento dos gêneros da madeira e mobiliário;
- j) que o gênero mobiliário, por ser um dos que compõem o segmento de bens de consumo, dependerá, para manutenção do crescimento, de medidas governamentais quanto à recomposição do poder de compra dos salários;
- l) que a exportação da madeira em bruto, com a conseqüente elevação de seu preço no mercado interno, continuará direcionando o setor moveleiro do Estado a um uso cada vez maior de matérias-primas industrializadas.

4.1.3 Agroindústria

O segmento agroindustrial e o setor agropecuário são partes de uma mesma dinâmica e possuem grande peso na economia do Estado. A agroindústria se desenvolveu inicialmente tanto em função dos tipos de cultura (café para exportação, por exemplo), como em função da expansão do mercado interno do Paraná.

Nos anos 70 até o início da década de 80, dado o potencial do Estado em termos de capacidade de incrementos da produção agropecuária-

ria, a agroindústria passa por alguns níveis de modernização e diversificação, já determinados pela forte integração ao mercado nacional e conjuntura de preços favoráveis. A par disso, a expansão da oferta de matéria-prima agroindustrial dependeu tanto da continuidade de incorporação das terras, como de aumentos de produtividade, aspectos marcantes da produção agropecuária no período.

Hoje, tendo em vista a configuração de esgotamento das terras mais aptas a serem incorporadas à produção, o Estado já pode ser considerado como totalmente "pronto", com a maioria das culturas e regiões produzindo a níveis comparáveis ao que há de mais moderno em termos de produtividade. Contudo, uma adequação agrícola potencial e aumentos de produtividade ainda são possíveis para a expansão agrícola do Estado.

Em que pesem todos os avanços que vem sofrendo, a agroindústria ainda está fortemente determinada pelo beneficiamento e elaboração industrial mais simples, como é o caso da secagem e descasca do café e cereais e o esmagamento e processamento da soja. Alguns segmentos já vêm apresentando maiores níveis de integração do processo produtivo, como a avicultura, caracterizando o início de uma agroindústria intensiva. Entretanto, esses processos têm limites muito claros, impostos tanto pela sua dependência da expansão agrícola, quanto pelo baixo valor gerado no Estado. Nesse sentido, não constitui especificamente um segmento industrial com capacidade auto-sustentadora.

O verdadeiro processo agroindustrial passa, necessariamente, por níveis de maior elaboração dos produtos, constituindo um segmento com fortes relações entre os segmentos beneficiadores e os vários níveis industriais, resultando em produtos diversificados e de maior agregação de valor. Nesses moldes, a agroindústria deixa de ser extensiva e passa a ter seus determinantes dados pela lógica e dinâmica da indústria em geral e não mais pela agricultura.

Esse é o grande "filho" a ser perseguido pelo Estado, utilizando para tanto a base já existente e buscando nas condições do mercado em expansão as suas brechas de crescimento e diversificação. A estrutura empresarial moderna já existente, destacando-se o grande potencial das cooperativas, dará sustentação a esse processo.

A inserção das cooperativas no segmento mais dinâmico e moderno da agroindústria ocorreu em fins dos anos 70, as quais vêm se destacando expressivamente. Após um processo de saneamento financeiro e adequação empresarial, há uma redefinição clara de rumos quanto às formas de atuação regional. Assim, considerando o volume de matéria-

"Recuperação de fertilidade em propriedades degradadas dos solos, equilíbrio hídrico, uso mais adequado aos diversos cultivos (subocupação e sobrecupação potencial).

prima, suas ligações regionais - que possibilitam a identificação de oportunidades de investimentos -, suas estruturas organizacionais avançadas e suas formas de capitalização, que permitem orientar recursos para a integração e verticalização, as perspectivas agroindustriais a partir das cooperativas são bastante promissoras.

A estreita ligação ainda existente entre a agroindústria e agricultura vem impondo limites muito sérios às condições de crescimento do parque agroindustrial do Estado. Nesse sentido, a desaceleração no processo de expansão das áreas de lavouras - que no período 1980-85 cresce apenas 0,7% contra 8,1% no quinquênio anterior -, aliada às instabilidades da política econômica em geral e da agrícola em particular, e mais uma série de problemas climáticos determinaram o crescimento sofrível do PIB da agricultura, em média 1,5% a.a. de 1980-86.

Diante disso, o desempenho da agroindústria, mesmo contando com volumosas importações de matérias-primas agrícolas (principalmente soja), foi bastante modesto com taxas de crescimento em torno de 2,2 a.a. entre 1980-86. Nesse período também foram altos os níveis de ociosidade do parque instalado, o que já caracterizou uma certa estagnação das condições de crescimento nesses moldes.

Embora o desempenho futuro do parque já instalado continue a depender fortemente do crescimento do potencial agrícola, as perspectivas de crescimento do segmento agroindustrial no Estado passam, necessariamente, pela redefinição do perfil desse setor, viável somente em condições de crescimento da economia brasileira com emprego e renda em expansão e/ou a partir de um grande esforço exportador em alguns casos.

Assim, para um desempenho da agroindústria pelo menos aos níveis próximos aos previstos para a economia paranaense no período 1988-91, seriam fundamentais o incremento do potencial produtivo agrícola (espera-se um crescimento de 3,5 a.a.), níveis maiores de utilização da capacidade instalada, que poderá ser potencializada por efeitos de possíveis expansões de plantas, maior elaboração dos produtos e modernização tecnológica.

As perspectivas para os vários segmentos, considerando as especificidades de cada um, encontram-se detalhadas a seguir.

Indústria de óleos - O Paraná detém 35% da capacidade instalada de extração de óleos vegetais do Brasil, sendo mais de 90% para o processamento da soja. Atualmente, a oferta de matéria-prima do Estado é mais de 40% abaixo da capacidade de esmagamento, o que faz as indústrias dependerem fortemente de importações (principalmente do Mato Grosso do Sul) e mesmo assim trabalharem com ociosidade. Existem fortes restrições à manutenção desse segmento no Estado, quais sejam:

- a) forte concorrência das regiões novas, onde vêm se delineando tanto a expansão da produção da soja como a instalação de novas indústrias;
- b) a provável pequena expansão da cultura no Estado, aliada à insuficiente disponibilidade de importações, que podem comprometer seriamente a oferta de matéria-prima para a indústria aqui instalada;
- c) as perspectivas declinantes do mercado mundial desses produtos, onde avanços tecnológicos têm apresentado alternativas ao uso de rações comuns e descobertas de novas oleaginosas. Isto é comprometedor à medida que essa indústria, no Paraná, está voltada ao mercado externo, absorvedor de 86% do farelo e 30% do óleo aqui produzido.

Nessas condições, as perspectivas são de uma certa redefinição para a manutenção ou pouca retração no nível de atividade, contando com possibilidades de integração vertical (rações - produção animal) e incremento na capacidade refinadora, considerando aí o mercado em expansão para o óleo de soja e a utilização de outras oleaginosas (milho, por exemplo), que, com poucas adaptações, podem servir como matéria-prima para ocupar parte da capacidade ociosa.

Na reestruturação desse segmento, as cooperativas apresentam-se como elemento importante, por deterem parte da capacidade de industrialização e por controlarem quase toda a oferta de grão.

Avicultura - Esse segmento encontra-se bem estruturado no Estado, com grandes empresas, alto nível de integração e produzindo com competitividade a nível nacional e internacional. Essas características, somadas à expansão do mercado interno e ao controle sobre os insumos, indicam boas perspectivas para esse segmento no Estado: expansão das indústrias já instaladas, com maior ênfase no mercado interno, dados alguns limites que já se apresentam para as exportações dessa proteína.

Abate de Bovinos - A capacidade de abate não é significativa, embora existam algumas empresas de grande porte. O Paraná não tem muita tradição nessa indústria, principalmente por não possuir um plantel significativo, embora disponha de grande potencial de área com pastagens (quase a mesma área de lavouras do Estado).

Haja vista o fraco desempenho nos últimos anos e as perspectivas não muito favoráveis, pode-se considerar difícil a expansão do rebanho, e uma provável racionalização na criação não terá efeitos significativos, pois o Paraná não apresenta tendência de grande criador para competir com o plantel de outros estados. Assim, com uma capacidade abatedoura de 10% da nacional, o Paraná compra de outros estados (principalmente do Mato Grosso do Sul) mais de 50% do gado de abate.

Abate de Suínos - Setor tradicional com desempenho extremamente fraco nos últimos anos, apresenta grande capacidade ociosa de abate e produção declinante de rebanhos. A parte mais moderna e integrada é ainda muito incipiente frente ao potencial criatório e de matéria-prima para rações. As perspectivas para esse segmento são:

- a) poucas possibilidades de ampliação da capacidade de abate;
- b) verticalização decorrente das possibilidades de realização de cortes específicos para consumo e da industrialização de carnes e fabricação de embutidos, esta última representada no Paraná apenas pelo aproveitamento de resíduos. Além disso, o segmento de industrialização de carnes no Brasil está operando no limite de utilização de sua capacidade instalada e deve apresentar expansão em função das perspectivas favoráveis do mercado.

Rações - A fabricação de rações no Estado, embora esteja muito vinculada à indústria de abate (principalmente aves), tem hoje 50% do seu mercado em outros estados e no exterior. As perspectivas são de crescimento significativo desta atividade, tendo em vista o potencial de oferta de matéria-prima e a tendência de intensificação da produção avícola e suína do Estado.

Preparação do leite e fabricação de laticínios - Esse setor é quase que totalmente dominado pelas cooperativas, sendo que cinco delas são responsáveis por mais de 80% do valor adicionado dessa indústria. Com a industrialização do leite, as cooperativas têm obtido ganhos que possibilitam remunerar melhor os produtores, o que, de certa forma, tem viabilizado a atividade leiteira, principal insumo dessa indústria. Tanto a produção quanto a industrialização do leite não vêm experimentando grande expansão no Estado, embora a indústria venha sofrendo um processo de modernização e de criação de novos produtos.

Embora os laticínios do Paraná já tenham penetrado no mercado nacional, a existência de marcas e tipos de produtos já consagrados são fatores restritivos à expansão da indústria local nesse mercado.

As perspectivas são de expansão condicionada ao crescimento do mercado consumidor e provedor, com uma melhor remuneração da atividade leiteira.

Fabricação de café e mate solúvel - Segmento importante da indústria agroalimentar, por representar elevados níveis de elaboração do produto (duas empresas respondem por mais de 99% dessa indústria, tendo mais de 65% do seu mercado no exterior), seu desempenho depende das oscilações da oferta de matéria-prima. Como perspectiva tem-se a expansão condicionada ao crescimento do mercado.

Beneficiamento, moagem, torrefação e fabricação de produtos alimentares - Setor cuja dinâmica é dada fundamentalmente pelo desempenho da agricultura, sua importância é tanto maior por representar um processo intermediário e necessário entre a colheita e a comercializa-

ção para consumo final ou industrial dos produtos agrícolas. Assim, é um segmento pulverizado em todas as zonas produtoras, representando mais de 50% dos estabelecimentos da indústria agroalimentar. As perspectivas para esse setor são:

- a) expansão condicionada tanto pelo crescimento como pela tendência à modernização da agricultura no Estado;
- b) maiores índices de elaboração do produto, sem, contudo, representar grande impacto na composição do PIB agroindustrial;
- c) manutenção da tendência de incorporação dessa indústria pelas cooperativas;
- d) redução gradativa de seu peso no PIB agroindustrial em favor dos segmentos mais modernos.

Têxtil - O Paraná produz aproximadamente 25% do algodão brasileiro e até recentemente a indústria local estava quase que totalmente voltada ao primeiro beneficiamento. Alguns projetos de fiação, com elevado nível de tecnologia e produtividade, em instalação pelas cooperativas, representarão uma ampliação de 40% da capacidade de fiação e utilização de 12% a 15% da pluma do Estado. Contudo, se isso representa tão pouco em termos de consumo da matéria-prima, o efeito no valor adicionado do gênero será expressivo, passando o peso da fiação de 40% para 70%. As perspectivas para esse segmento são:

- a) investimentos em modernização e ampliação de capacidade, por outros grupos industriais e/ou grupos já inseridos na atividade de beneficiamento de algodão (e alguma fiação), dada a disponibilidade de matéria-prima e as expectativas favoráveis para o mercado de fio;
- b) a partir das bases do setor no Estado, são poucas as possibilidades de se avançar nos processos de tecelagem, que, pela sua complexidade, exigem plantas sofisticadas e grandes capitais. Além disso, trata-se de uma indústria oligopolizada a nível nacional. Nesse sentido, a perspectiva da tecelagem só pode ser pensada no Paraná a longo prazo e a partir de condições de desconcentração da indústria têxtil nacional.

4.1.4 Bebidas

A indústria de bebidas no Paraná representa simplesmente um segmento da indústria nacional aqui instalado, com predominância da produção de cervejas, malte e refrigerantes (cerca de 95% do valor adicionado do gênero em 1985). Assim, sua performance acompanha o comportamento geral da economia, tendo sido bastante afetada no período recessivo e iniciado a recuperação no segundo semestre de 1984. Em 1985, seu desempenho foi fortemente influenciado pela ampliação da massa de salários reais, reforçada em 1986 com a redução do imposto de

renda na fonte, a partir de janeiro, e pelo Plano de Estabilização de março em diante.

Ao final de 1986, essa indústria operava praticamente no limite máximo de utilização da capacidade de produção, atingindo um nível de produção quase 40% superior ao verificado em 1985. Uma evidência do seu comportamento excepcional em 1986 foi o funcionamento à plena carga no período março-agosto, característico de retração das atividades, para a realização da manutenção dessas unidades.

Em 1987, essa indústria experimentou forte desaquecimento (4,15% contra 40% de 1986), decorrente da queda da renda real da população. As perspectivas para o período 1988-91 são de crescimento, sustentado na realização de novos investimentos para ampliação da capacidade produtiva.

4.1.5 Fumo

O gênero fumo no Paraná resume-se a uma única empresa fabricante de cigarros, cujo desempenho também é fortemente influenciado pelo comportamento da economia nacional.

Apesar do impacto negativo da redução da renda dos consumidores em função da inflação e da elevação de preços e impostos dos cigarros, instituída através do Cruzado II, sobre a produção e demanda, essa indústria deve conseguir fechar 1987 com um nível de produção 35,62% superior ao de 1986 no Paraná.

Para o período 1988-91, as perspectivas são de crescimento.

4.1.6 Minerais Não-Metálicos

A indústria de transformação de minerais não-metálicos perdeu peso na formação do PIB industrial do Estado na primeira metade da década de 80 (passou de 7,7% em 1980 para 5,1% em 1985), devido a sua estreita vinculação ao desempenho da construção civil.

A atividade desse gênero no Paraná concentra-se na fabricação de cimento (36,8%), azulejo (17,4%) e artefatos de fibrocimento (12%). Os 34% restantes encontram-se pulverizados em pequenas empresas, dedicadas ao beneficiamento de minerais não-metálicos e à fabricação de telhas, tijolos e artefatos cerâmicos.

Como perspectivas têm-se:

- a) crescimento da produção de cimento a partir da utilização de capacidade ociosa existente;
- b) expansão acelerada da indústria de pisos e azulejos, dada a tendência de intensificação de seu uso na construção civil e das excelentes perspectivas de exportação.

4.1.7 Química - Refino de Petróleo

A atividade de refino de petróleo no Paraná situou-se em 1986 20% acima dos níveis de 1980. O desempenho dessa indústria foi preju-

dicado no período 1982-86 por reduções significativas no volume de produção, especificamente em 1982 e 1985.

A perspectiva para o intervalo 1987-91 é de manutenção do nível de produção alcançado em 1986, pois a refinaria opera à plena capacidade e não integra os planos da PETROBRAS para expansão do parque nacional de refino.*

4.2 ANÁLISE E PERSPECTIVAS DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO CIVIL DO PARANÁ

A indústria da construção civil brasileira sofreu intensamente os efeitos da crise econômica do início dos anos 80, experimentando uma queda do produto (21,6%) no período 1980-83, sensivelmente superior à queda do PIB total (4,9%) e do PIB da indústria de transformação (16%). Essa relação indica que há uma forte sensibilidade desse setor frente à dinâmica cíclica da economia, pois nas fases ascendentes do ciclo econômico a construção civil cresce a taxas mais elevadas que a do PIB, situação que se inverte nas fases recessivas (tabela 7).

TABELA 7 - TAXA MÉDIA ANUAL DE CRESCIMENTO DO PIB TOTAL E DO PIB DA CONSTRUÇÃO CIVIL DO BRASIL E DO PARANÁ - 1970-83

PERÍODO	BRASIL		PARANÁ	
	PIB da TOTAL do PIB	Construção Civil	PIB da TOTAL do PIB	Construção Civil
1970-74	11,6	15,0	13,0	2,2
1974-80	6,8	11,7	13,08	11,3
1980-83	(1,7)	(7,8)	(0,5)	(5,4)

FONTE: Contas Nacionais do Brasil - FGV

A alta sensibilidade do desempenho da construção civil em relação ao desempenho da economia está definida pelas fontes de finan-

*Encontra-se em andamento o trabalho de engenharia básica para instalação de uma unidade de hidrotreatamento, visando melhorar a qualidade do óleo diesel produzido. O projeto prevê a aplicação de US\$ 100 milhões nos próximos quatro anos; portanto, os primeiros resultados devem aparecer somente em 1991.

ciamento, que, no caso das edificações, são basicamente constituídas pelos recursos do Sistema Financeiro da Habitação (FGTS, retorno dos financiamentos concedidos e depósitos de cadernetas de poupança), todos vinculados ao nível de emprego e de renda. No caso da infra-estrutura, seu financiamento depende também da capacidade de arrecadação do Estado, a qual vincula-se diretamente à dinâmica cíclica da economia.

No Paraná, embora a direção seja a mesma, seu desempenho difere quanto à intensidade. As fontes de financiamento da construção civil estão centralizadas a nível de Governo Federal, tanto no que se refere aos recursos de arrecadação tributária, quanto aos do SFH. Sua distribuição regional está vinculada à política de gastos do Governo Federal. Historicamente, o Paraná não tem sido beneficiado por essa política de gastos, pois os recursos federais destinados à implantação da infra-estrutura e ao financiamento a habitações têm sido menores que o potencial de arrecadação tributária e de arrecadação do SFH no Estado. Dessa forma, a indústria da construção civil paranaense tem crescido menos que o PIB e menos que a indústria da construção no Brasil.

Apesar da queda significativa da produção brasileira até 1983, a partir desse ano as empresas de construção de edificações aumentaram seus níveis de atividade, direcionando seus investimentos para a produção de imóveis de luxo, cujo mercado não só mantém o poder aquisitivo como também está imune às paralisações do SFH. Além disso, esse segmento foi beneficiado pelo crescimento da demanda da população de alta renda, que, por motivos de segurança, transfere-se das residências para apartamentos de luxo.

Dado o grau de concentração de renda da população brasileira, essa fatia de mercado é muito pequena e já em fins de 1985 previa-se acúmulo de estoques. O Plano Cruzado reativou novamente o mercado de imóveis de luxo, reduzindo os estoques, uma vez que boa parte dos capitais que estavam sendo aplicados no mercado financeiro foi deslocada para o mercado imobiliário.

Em 1986, cresce a demanda por habitações destinadas à classe média, devido ao crescimento dos níveis de emprego. A partir do Plano Cruzado, essa fatia de mercado passa a ser fortalecida pelo aumento da liquidez da classe média, proporcionado pelos saques das cadernetas de poupança, cujos recursos direcionam-se ao consumo de bens duráveis, inclusive habitação, demanda que se encontrava reprimida ao longo da crise econômica.

Nesse ano, cresce também a produção de imóveis destinados a fins comerciais e de serviços, provocada pelo crescimento da atividade comercial após o Plano de Estabilização Econômica.

As construtoras ligadas à implantação da infra-estrutura começam a enfrentar as primeiras dificuldades já no final da década de 70, quando alguns projetos de vulto programados pelo II PND foram pa-

realizados ou tiveram os cronogramas alterados, seja por mudança de prioridade, seja por falta de recursos financeiros. Com a aceleração da crise e a queda na capacidade de arrecadação do setor público, há uma redução drástica nos recursos destinados a investimento, aprofundando a crise da construção, que atinge níveis de atividade extremamente baixos em 1983.

O segmento da construção civil responsável pela implantação da infra-estrutura enfrentou e ainda vem enfrentando uma crise mais longa e mais profunda que a de edificações, uma vez que até o momento não foi definido, a nível de governo estadual e federal, um plano de investimento que permita a retomada dos níveis de atividade da construção pesada.

As informações mais recentes sobre a construção civil indicam crescimento de 11,3% e 17,7% em 1985 e 1986 respectivamente - resultando num PIB 5% superior ao de 1980 - e uma estagnação em 1987.

No Paraná, o crescimento de 1,7% em 1985 situou-se bem abaixo dos níveis da indústria da construção brasileira, e a recuperação só ocorre parcialmente em 1986, com estimativa de crescimento de 23,1%. Tal expansão foi liderada pela construção de imóveis habitacionais e pelo crescimento de edificações comerciais e de serviços, em função da aceleração da demanda após a implantação do Plano de Estabilização Econômica. Mesmo assim, no Paraná, esse crescimento não foi suficiente para recuperar os níveis de produção do final da década de 70.

Em 1987, o segmento da indústria da construção pesada manteve-se estagnado, em função das indefinições da política econômica e da aceleração do déficit público do Governo Federal e dos estados, mantendo ainda a níveis bastante baixos o investimento público e mesmo o privado.

Além disso, o segmento de edificações, responsável pela reativação de 1986, sofreu uma significativa desaceleração em 1987, devido à não-definição pelo SFH de um programa habitacional urbano e aos efeitos da crise econômica sobre a demanda e disponibilidade de recursos do FGTS e das cadernetas de poupança.

Para avaliar as principais tendências da indústria da construção no Brasil e, especificamente, no Paraná, para os próximos anos, procurou-se ter como pano de fundo as principais intenções de política econômica a nível federal e estadual.

De forma geral, a indústria da construção do Paraná insere-se na dinâmica delineada a nível nacional, devendo, no entanto, serem observadas as peculiaridades e especificidades das tendências do setor no Estado.

Para facilitar as investigações do comportamento futuro, optou-se por segmentar a atividade de construção em edificações e infra-estruturas econômica e social. Esse corte deve-se ao fato de essas atividades apresentarem características funcionais, estruturas produ-

tivas, mercado e tecnologias bastante diferenciados, que determinam formas distintas de relações econômicas e de desempenho.

Como principal condicionante do desempenho futuro para o segmento de edificações tem-se o desaquecimento do ritmo de expansão da economia em 1987, que afetou os recursos disponíveis do Sistema Financeiro da Habitação e também a massa de salários, reduzindo o potencial de demanda de imóveis habitacionais e dos destinados à atividade produtiva.

Por outro lado, o SFH não dispõe de um plano de aplicação que possa dar um novo ritmo e uma nova direção às aplicações do sistema habitacional.

O segmento habitacional deverá apresentar a médio prazo um desempenho próximo ao da economia, uma vez que seus recursos estão vinculados ao crescimento do emprego e da massa de salários. No entanto, enquanto não forem definidos os novos rumos da política econômica nacional e também um novo plano de aplicação do SFH, a produção de edificações não deverá apresentar boa performance, mantendo ainda desaquecido o mercado imobiliário.

O desempenho do segmento habitacional no Paraná deverá acompanhar a tendência nacional, uma vez que a maior parcela de recursos é proveniente do SFH. O programa habitacional do Governo do Estado através da COHAPAR é ainda pouco significativo se comparado com a oferta anual de novas habitações urbanas. Portanto, mesmo que o Governo do Estado venha a adotar uma agressiva política habitacional, o impacto dessa medida não deverá reverter as tendências definidas a nível nacional.

O segmento de indústria da infra-estrutura econômica e a indústria pesada têm sua dinâmica vinculada à demanda do setor público (federal, estadual e municipal) e à capacidade de investimento das empresas públicas. Considerando o atual grau de endividamento nos três níveis de administração, é pouco provável a retomada sustentada dos investimentos públicos antes da implantação de uma nova estrutura tributária e da renegociação da dívida externa que propicie a entrada de capitais externos.

A retomada do crescimento da indústria de construção pesada também dependerá da retomada dos investimentos das empresas públicas, que só deverá ocorrer a partir do momento em que se implantem medidas que visem ao saneamento financeiro dessas empresas, tais como renegociação de suas dívidas e a implantação de tarifas e preços reais que possam sustentar os investimentos em setores básicos.

Atualmente, os setores produtores de insumos básicos encontram-se trabalhando com elevados níveis de utilização da capacidade instalada, apresentando-se como verdadeiros gargalos à retomada do crescimento. Portanto, se a direção da política econômica é manter taxas de crescimento positivas, haverá necessidade de manter os níveis

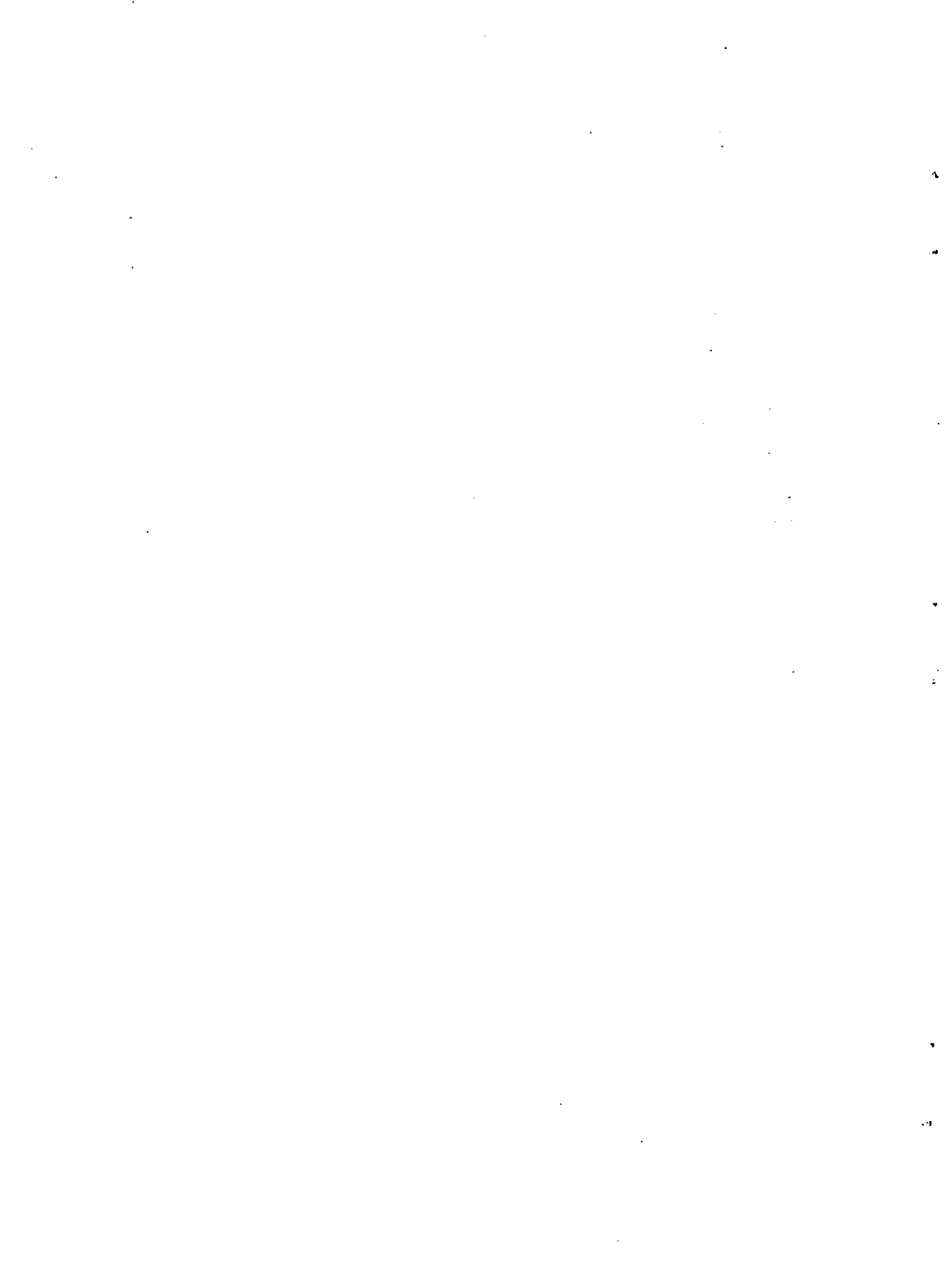
de investimento para ampliação da capacidade instalada, devendo, com isso, reativar o segmento da indústria de construção a ela vinculado.

Outro segmento da construção que poderá manter um bom desempenho nos próximos anos é o ligado à implantação da infra-estrutura urbana. Tal perspectiva se explica pelo fato de que nos últimos anos o SFH tem direcionado a maior parte de seus recursos para saneamento básico e implantação da infra-estrutura urbana. Além disso, o acelerado processo de urbanização tem pressionado uma maior aplicação de recursos financeiros dos governos estaduais e municipais nessa área.

Não se espera que ocorra no Paraná um crescimento acelerado da construção ligada à implantação da infra-estrutura econômica, como a que ocorreu durante a década de 70, com a construção da Usina de Itaipu e a implantação da malha viária. No entanto, algumas obras já em andamento e as previstas, tais como Usina de Segredo, a construção da Bacia Hidroviária do Ivaí, o programa de irrigação, a construção de trechos ferroviários e a recuperação da malha viária, deverão garantir pelo menos um crescimento positivo da indústria de construção pesada no Paraná.

Também no Brasil uma parte do crescimento da indústria de construção deverá ser sustentada pelos investimentos em infra-estrutura urbana (escolas, hospitais, rede de água e esgoto, etc.), uma vez que durante a década de 70 os recursos destinados ao reaparelhamento da malha urbana não acompanharam o acelerado ritmo de urbanização, reduzindo a qualidade de vida da Região Metropolitana de Curitiba e das cidades de médio porte.

ANEXO - MEMÓRIA DE CÁLCULO



1 CONSIDERAÇÕES METOLÓGICAS GERAIS

Nesta etapa do trabalho, foram realizadas estimativas e projeções do Produto Interno Bruto paranaense e brasileiro para o período de 1987-91, tomando-se por base os resultados ocorridos ou previstos para os setores agropecuário e industrial. Para 1987, foi realizada uma estimativa preliminar, contudo, a base dos dados projetados, tanto para o Paraná quanto para o Brasil, foram as estimativas definitivas realizadas para 1984 (e 1985, no caso da indústria).

Para o período 1988-91, foram estabelecidas hipóteses para os setores agropecuário e industrial, sendo os resultados previstos para o comércio e para o PIB total decorrentes das hipóteses anteriores. Tais hipóteses tomam como referência parâmetros observados no período 1970-84, supondo manutenção ou alteração de tendência.

No setor agropecuário, foram considerados, na determinação das taxas de crescimento, o algodão, milho, soja, feijão, trigo e arroz (culturas temporárias) e o café (culturas permanentes); a produção animal (abate de bovinos, suínos e aves); os derivados de origem animal com base nos principais produtos - leite e ovos; e a extrativa vegetal - carvão vegetal, erva-mate, lenha, madeira e palmito.

No setor industrial, considerou-se a indústria extrativa e de transformação, a construção civil e os serviços industriais de utilidade pública, cujos resultados foram estimados globalmente.

O setor comércio e o PIB total tiveram seus resultados construídos a partir dos dados previstos para os setores agropecuário e industrial, usando-se a metodologia corrente para a construção desses agregados.*

*Ver IPARDES-FUNDAÇÃO ÉDISON VIEIRA. Produto interno bruto do Paraná 1970-84. Curitiba, 1985. 63f.

2 METODOLOGIA DOS CENÁRIOS: 1987-1991

2.1 CENÁRIO DA ECONOMIA BRASILEIRA

Considerando-se as restrições existentes na economia brasileira, isto é, dificuldades na renegociação da dívida externa e elevados níveis de inflação, e adotada a hipótese de impossibilidade de financiamento do desenvolvimento aos mesmos níveis observados historicamente, supõe-se que a economia deva crescer à taxa média de 4,5% ao ano no período 1988-91. As taxas de crescimento setoriais foram estimadas supondo-se que será mantida a contribuição de cada setor, em termos relativos, tal como se observou no período de 1970-86 (tabelas A.1 e A.2).

TABELA A.1 - TAXAS DE CRESCIMENTO DO PIB NO BRASIL,
SEGUNDO SETORES - 1970-86

SETOR	MÉDIA 1970-86
Agropecuária	3,62
Indústria	6,34
Serviços	7,02
TOTAL	6,42

FONTE: Centro de Contas Nacionais-FGV

TABELA A.2 - CÁLCULO DAS TAXAS DE CRESCIMENTO DO
PIB DO BRASIL, SEGUNDO SETOR

(Em %)

SETOR	CONTRIBUIÇÃO			TAXAS DE CRESC.
	1984	(B)	(C)	(D)
	(A)	(B)	(C)	(D)
Agropecuária	0,1022	0,369964	0,057459	2,53
Indústria	0,3438	0,179692	0,338528	4,43
Serviços	0,5540	3,889080	0,604013	4,91
TOTAL	1,0000	-	1,000000	4,50

FONTE: IPARDES, Centro de Contas Nacionais-FGV

NOTA: B = A x Taxa de crescimento média 1970/86

D = C x 4,5/A

Para o ano de 1987, adotaram-se as taxas de crescimento propostas pelo cenário do IPEA para a agropecuária e as estimativas do IPARDES para os demais setores.

Na realidade, as estimativas do IPARDES obedeceram aos mesmos procedimentos adotados pelo IPEA. A diferença é que o IPEA partia de uma previsão de crescimento de 2,51% para a indústria extrativa e de transformação, com base em projeções dos dados de produção industrial do IBGE observados até o mês de julho. Por ocasião da elaboração deste trabalho, o IPARDES já dispunha dessas mesmas informações até o mês de setembro, que alteraram fundamentalmente a extrapolação.

Assim, a estimativa da taxa de crescimento da indústria extrativa e de transformação brasileira para 1987 foi obtida através da extrapolação da média geométrica do período junho-setembro, a partir da taxa acumulada nos últimos 12 meses até setembro (4,3%). O resultado foi uma taxa negativa de 0,33%.

Como os cálculos das taxas dos demais setores dependem da estimativa para a indústria extrativa e de transformação, ocorreram alterações em relação aos números do IPEA, (tabelas A.3, A.4, A.5 e A.6).

TABELA A.3 - TAXA DE CRESCIMENTO DO PIB DO BRASIL,
SEGUNDO SETOR - 1986-91

SETOR	1986 ¹	1987 ²	1988-91 ³	1987-91
Agropecuária	(7,3)	11,92	2,53	4,34
Indústria	12,1	(0,02)	4,43	3,53
Serviços	8,3	4,36	4,91	4,80
TOTAL	8,2	3,42	4,50	4,28

FONTE: ¹Centro de Contas Nacionais/FGV
²IPEA, IPARDES
³Hipótese IPARDES

TABELA A.4 - PRODUTO INTERNO BRUTO DO BRASIL - 1986-87 E 1991

ANO	US\$ BILHÕES	CZ\$ BILHÕES 1986
1986	265	3 590
1987	274	3 697
1991	327	4 435

FONTE: TABELA 3

NOTA: $PIB/1987 = PIB/1986 \times [1 + (tx. \text{ cresc. } 87/100)] =$
 $265 \times 1,42 = 274$
 $PIB/1991 = PIB/1987 \times [1 +$
 $(tx. \text{ cresc. média } 1988-91:100)] =$
 $274 \times 1,25 = 327$

TABELA A.5 - RELAÇÃO INCREMENTAL CAPITAL-PRODUTO DO BRASIL - 1950-80^a E 1988-91^b

PERÍODO	I	Z
1950-62		2,3
1963-73		2,9
1974-80		3,4
1988-91		4,0

FONTE: ^aCentro de Contas Nacionais-FGV
^bHipótese IPARDES

TABELA A.6 - TAXA DE INVESTIMENTOS DO BRASIL- 1970-84 E 1988-91 (% no PIB)

PERÍODO	TAXA DE INVESTIMENTO
1970-75	21,2
1976-80	22,1
1981-84	19,1
1988-91	17,2 ^a

FONTE: Centro de Contas Nacionais-FGV
^aHipótese IPARDES

NOTA: $T = (M \times r) / (1 + r)$

T = Taxa de investimentos

r = Taxa de crescimento do PIB/100

M = Relação incremental capital-produto

Cálculo da taxa de investimentos:

$T = 4,0 \times 0,045 / (1 + 0,045)$

T = 17,2

2.2 CENÁRIO DO PARANÁ

2.2.1 Setor Agropecuário

TABELA A.7 - PARTICIPAÇÃO DOS SUBSETORES NO VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO DO SETOR AGROPECUÁRIO, NO PARANÁ - 1984

SUBSETOR	I	Z
Culturas temporárias		63,82
Culturas permanentes		10,00
Produção animal		11,35
Derivados de Origem animal		7,79
TOTAL		100,00

FONTE: IPARDES

TABELA A.8 - VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO E QUANTIDADES DOS PRINCIPAIS PRODUTOS DAS CULTURAS TEMPORÁRIAS, NO PARANÁ - 1984

(Em Cr\$ milhões de 1984)

PRODUTO	VBP ¹	QUANTIDADE (t)	VUM ² Cr\$/Kg
Algodão	498 841	611 865	815,27951
Arroz	54 425	242 570	224,36822
Milho	722 149	5 400 000	113,73130
Soja	1 287 952	4 121 000	312,53385
Trigo	508 835	1 113 009	457,17061
Feijão	187 611	479 108	391,58394
TOTAL	3 259 813	-	-

FONTE: IPARDES

¹Valor Bruto da Produção

²Valor Unitário Médio

TABELA A.9 - VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO E QUANTIDADES DOS PRINCIPAIS PRODUTOS DAS CULTURAS TEMPORÁRIAS, NO PARANÁ - 1984

(Em Cr\$ milhões de 1984)

PRODUTO	QUANTIDADES (t)	VBP
Algodão	1 035 661	884 353
Arroz	296 000	66 412
Milho	5 803 713	776 138
Soja	4 413 000	1 379 212
Trigo	2 696 023	1 232 542
Feijão	499 617	195 642
TOTAL	-	4 494 299

FONTE: DERAL-SEAG, IBGE, IPARDES

TABELA A.10 - VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO E QUANTIDADES DOS PRINCIPAIS PRODUTOS DAS CULTURAS TEMPORÁRIAS, NO PARANÁ - 1986

(Em Cr\$ milhões de 1984)

PRODUTO	QUANTIDADES (t)	VBP
Algodão	768 434	626 488
Arroz	206 000	46 220
Milho	4 300 000	575 045
Soja	2 600 000	812 588
Trigo	2 800 000	1 280 078
Feijão	213 000	83 407
TOTAL		3 423 826

FONTE: DERAL-SEAG, IBGE, IPARDES

TABELA A.11 - VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO E QUANTIDADES DOS PRINCIPAIS PRODUTOS DAS CULTURAS TEMPORÁRIAS, NO PARANÁ - 1987

(Em Cr\$ milhões de 1984)

PRODUTO	QUANTIDADES (t)	VBP
Algodão	690 000	562 543
Arroz	400 000	89 747
Milho	6 700 000	896 000
Soja	3 500 000	1 093 868
Trigo	1 600 000	731 473
Feijão	620 000	242 782
TOTAL		3 616 413

FONTE: DERAL-SEAG, IBGE, IPARDES

2.2.1.1 Culturas temporárias

Algodão

TABELA A.12 - ÁREA MÉDIA, RENDIMENTO MÉDIO E PRODUÇÃO DO ALGODÃO, NO PARANÁ - 1970-85

PERÍODO	ÁREA MÉDIA (ha)	RENDIMENTO MÉDIO (kg/ha)	PRODUÇÃO (t)
1970-74	361 888,6	1 372	489 359
1975-79	263 150,0	1 419	370 359
1980-85	385 569,0	1 828	704 113
1970-85	339 913,0	1 558	532 811

FONTE: IPARDES

Área máxima = 540 000 ha em 1985

Maior rendimento médio = 2 000t em 1982

Maior produção = 1 035 661t em 1985

Hipótese para o algodão - Atingir em 1991 área igual à obtida em 1985, a partir da área estimada para 1986, utilizando-se para 1987 as estimativas realizadas pelo DERAL; manter a produtividade média observada no período 1980-85, a partir de 1987.

TABELA A.13 - ÁREA, RENDIMENTO MÉDIO, PRODUÇÃO E VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO DO ALGODÃO, NO PARANÁ - 1985-1991

ANO	ÁREA (ha)	REND. MÉD. (kg/ha)	PRODUÇÃO (t)	VBP
1985	540 000	1 918	1 035 661	844 353
1986	445 000	1 727	768 434	626 488
1987	390 000	1 769	690 000	562 543
1988	480 810	1 858	878 921	716 566
1989	499 782	1 858	913 601	744 840
1990	519 502	1 858	949 650	774 230
1991	540 000	1 858	987 120	804 779

FONTE: IPARDES

NOTA: Preço do algodão em 1984 = Cr\$ 815 279,51/tonelada

Arroz

TABELA A.14 - ÁREA MÉDIA, RENDIMENTO MÉDIO E PRODUÇÃO DO ARROZ, NO PARANÁ - 1970-85

PERÍODO	ÁREA MÉDIA (ha)	REND. MÉD. (kg/ha)	PRODUÇÃO (t)
1970-74	469 782	1 361	639 353
1975-79	477 192	1 303	668 223
1980-85	247 131	1 518	382 624
1970-85	388 604	1 402	552 102

FONTE: IPARDES

Hipótese para o Arroz - atingir em 1991 área igual à observada no período 1980-85, cuja média foi de 247 131 ha e produtividade média de 2 000 kg/ha, a partir da observada em 1987.

TABELA A.15 - ÁREA, RENDIMENTO MÉDIO, PRODUÇÃO E VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO DO ARROZ, NO PARANÁ - 1985-1991

ANO	ÁREA (ha)	REND. MÉD. (kg/ha)	PRODUÇÃO (t)	VBP
1985	200 000	1 400	296 000	66 412
1986	201 500	1 022	206 000	46 220
1987	207 000	1 932	400 000	89 747
1988	216 376	1 949	421 717	94 620
1989	226 177	1 966	444 664	99 768
1990	236 422	1 983	468 825	105 189
1991	247 131	2 000	494 262	110 897

FONTE: IPARDES

Milho

TABELA A.16 - ÁREA MÉDIA, RENDIMENTO MÉDIO E PRODUÇÃO MÉDIA DO MILHO, NO PARANÁ - 1970-85

PERÍODO	ÁREA MÉDIA (ha)	REND. MÉD. (kg/ha)	IPROD. MÉDIA (t)
1970-74	1 922 599	1 833	3 518 798
1975-79	2 055 819	1 918	3 974 735
1980-85	2 289 487	2 370	4 445 381
1970-85	2 101 813	2 061	4 008 747

FONTE: IPARDES

Hipótese para o milho - Para o período 1988-91, acréscimo de área igual à taxa observada entre as médias dos períodos 1980-85 e 1970-74 de 2,18% ao ano (2,1764151); para o período 1988-91, acréscimo do rendimento médio à taxa observada entre as médias dos períodos 1975-79 e 1970-74 de 0,91% ao ano.

TABELA A.17 - ÁREA, RENDIMENTO MÉDIO, PRODUÇÃO E VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO DO MILHO, NO PARANÁ - 1988-91

ANO	ÁREA (ha)	REND. MÉD. (kg/ha)	PRODUÇÃO (t)	VBP
1988	2 748 546	2 512	6 904 348	923 327
1989	2 808 365	2 535	7 119 205	952 061
1990	2 869 487	2 558	7 340 148	981 608
1991	2 931 939	2 582	7 570 266	1 012 382

FONTE: IPARDES

NOTA: Preço do milho em 1984 = CR\$ 133 731,30

Soja

TABELA A.18 - ÁREA MÉDIA, RENDIMENTO MÉDIO E PRODUÇÃO MÉDIA DA SOJA, NO PARANÁ - 1970-85

Período	Área Média (ha)	Rend. méd. (kg/ha)	Prod. média (t)
1970-74	654 484	1 515	1 086 842
1975-79	2 120 840	1 913	3 995 010
1980-85	2 195 544	2 079	4 572 087
1970-85	1 690 618	1 851	3 302 611

FONTE: IPARDES

Hipótese para a soja - atingir em 1991 a área média de 1 690 618 ha, verificada no período 1970-86 e a produtividade observada em 1980, de 2 240 kg/ha.

TABELA A.19 - ÁREA, RENDIMENTO MÉDIO, PRODUÇÃO E VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO DE SOJA, NO PARANÁ - 1988-91

ANO	ÁREA (ha)	REND. MÉDIO (kg/ha)	PRODUÇÃO (t)	VBP
1988	1 675 131	2 130	3 568 029	1 115 130
1989	1 680 277	2 166	3 639 480	1 137 461
1990	1 685 440	2 203	3 713 024	1 160 446
1991	1 690 618	2 240	3 786 984	1 183 561

FONTE: IPARDES

Feijão

TABELA A.20 - ÁREA MÉDIA, RENDIMENTO MÉDIO E PRODUÇÃO MÉDIA DO FEIJÃO, NO PARANÁ - 1970-85

PERÍODO	ÁREA MÉDIA (ha)	REND. MÉDIO (kg/ha)	PROD. MÉDIA (t)
1970-74	789 332	829	667 761
1975-79	778 141	714	556 628
1980-85	785 394	638	504 275
1970-85	784 358	721	571 724

FONTE: IPARDES

Hipótese para o feijão - atingir em 1991 área igual à observada no período 1980-85 (785 394 ha). O rendimento médio deverá permanecer ao nível estimado para 1987, de 849 kg/ha.

TABELA A.21 - ÁREA, RENDIMENTO MÉDIO, PRODUÇÃO E VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO DO FEIJÃO, NO PARANÁ - 1988-91

ANO	ÁREA (ha)	REND. MÉDIO (kg/ha)	PRODUÇÃO (t)	VBP
1988	743 471	-	631 207	247 171
1989	757 191	-	642 855	251 732
1990	771 163	849	654 717	256 377
1991	785 394	-	666 800	261 108

FONTE: IPARDES

Trigo

TABELA A.22 - ÁREA MÉDIA E RENDIMENTO MÉDIO DO TRIGO, NO PARANÁ - 1970-85

PERÍODO	ÁREA MÉDIA (ha)	REND. MÉDIO (kg/ha)
1970-74	405 677	1 025
1975-79	1 253 559	852
1980-85	1 070 504	1 264
1970-85	919 950	1 061

FONTE: IPARDES

Hipótese para o trigo - manter a área estimada para 1987, de 1 200 000 ha. Atingir em 1991 rendimento médio igual à média observada em 1985 e 1986 de 1756 kg/ha (supõe-se esforço de aumento de produtividade).

TABELA A.23 - ÁREA, RENDIMENTO MÉDIO, PRODUÇÃO E VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO DO TRIGO, NO PARANÁ - 1988-91

ANO	ÁREA (ha)	REND. MÉDIO (kg/ha)	PRODUÇÃO (t)	VBP
1988		1 428	1 713 600	783 407
1989		1 530	1 836 000	839 365
1990	1 200 000	1 639	1 966 800	899 163
1991		1 756	2 107 200	963 350

FONTE: IPARDES

2.2.1.2 Culturas permanentes

TABELA A.24 - ÁREA MÉDIA, RENDIMENTO MÉDIO E PRODUÇÃO MÉDIAS DAS CULTURAS PERMANENTES, NO PARANÁ -1970-85

PERÍODO	ÁREA MÉDIA (ha)	REND. MÉDIO (kg/ha)	PROD. MÉDIA (t)
1970-74	839 691	961	899 380
1975-79	573 079	757	459 766
1980-85	488 558	1 060	522 129
1970-85	624 700	934	587 898

FONTE: IPARDES

Hipótese para as culturas permanentes - manter a área observada no período 1980-85, de 488.568 ha em média, e rendimento médio de 1.060 kg/ha, verificado no mesmo período.

TABELA A.25 - PRODUÇÃO E VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO DO CAFÉ,
NO PARANÁ - 1988-91

PERÍODO	PRODUÇÃO	VBP
1988-91	517 871	566 974

FONTE: IPARDES

2.2.1.3 Pecuária

Bovinos

TABELA A.26 - PRODUÇÃO MÉDIA DE BOVINOS, NO PARANÁ - 1970-85

PERÍODO	PRODUÇÃO MÉDIA
1970-74	130 827
1975-79	191 253
1980-85	171 431
1970-85	164 937

FONTE: IPARDES

Hipótese para bovinos - manter até 1991 taxa de crescimento de 2,74% a.a., conforme taxa observada entre as médias dos períodos 1980-85 e 1070-74.

TABELA A.27 - PRODUÇÃO E VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO BOVINA - 1988-91

ANO	PRODUÇÃO	VBP BOVINO
1988	162 843	341 970
1989	167 305	351 340
1990	171 889	360 967
1991	176 599	370 858

FONTE: IPARDES

Suínos

TABELA A.28 - PRODUÇÃO MÉDIA DE SUÍNOS, NO PARANÁ - 1970-85

PERÍODO	PRODUÇÃO MÉDIA (t)
1970-74	129 212
1975-79	106 455
1980-85	102 524
1970-85	112 092

FONTE: IPARDES

Hipótese para suínos - manter taxa histórica observada entre 1985 e 1970, de 0,2% a.a.

TABELA A.29 - PRODUÇÃO E VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO DE SUÍNOS, NO PARANÁ - 1988-91

ANO	PRODUÇÃO	VBV SUÍNOS
1988	115 161	138 193
1989	115 403	138 484
1990	115 646	138 775
1991	115 888	139 066

FONTE: IPARDES

2.2.1.4 Aves

TABELA A.30 - PRODUÇÃO MÉDIA DE AVES, NO PARANÁ - 1970-85

PERÍODO	PRODUÇÃO MÉDIA (t)
1970-74	12 866
1975-79	28 386
1980-85	154 099
1970-85	70 678

FONTE: IPARDES

Hipótese para aves - manter taxa de crescimento de 5,11% a.a., observada no período 1985-86.

TABELA A.31 - PRODUÇÃO E VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO DE AVES, NO PARANÁ - 1988-91

ANO	PRODUÇÃO (t)	VBP
1988	268 477	322 172
1989	282 196	338 635
1990	296 617	355 940
1991	311 773	374 128

FONTE: IPARDES

2.2.1.5 Derivados de origem animal

Leite

TABELA A.32 - PRODUÇÃO MÉDIA DE LEITE, NO PARANÁ - 1970-85

(Em mil l)

PERÍODO	PRODUÇÃO MÉDIA
1970-74	469 611
1975-79	700 927
1980-85	904 033
1970-85	704 806

FONTE: IPARDES

Hipótese: manter a taxa de crescimento de 5,22% a.a, verificada entre as médias dos períodos 1975-79 e 1980-85.

TABELA A.33 - PRODUÇÃO E VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO DE LEITE, NO PARANÁ - 1988-91

ANO	PRODUÇÃO	VBP
1988	1 225 902	369 940
1989	1 289 895	389 251
1990	1 357 227	409 570
1991	1 428 074	430 950

FONTE: IPARDES

Ovos de Galinha

TABELA A.34 - PRODUÇÃO MÉDIA DE OVOS DE GALINHA, NO PARANÁ - 1970-85
(Em mil dz.)

PERÍODO	PRODUÇÃO
1970-74	64 262
1975-79	84 431
1980-85	160 072
1970-85	106 944

FONTE: IPARDES

TABELA A.35 - PRODUÇÃO E VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO DE OVOS DE GALINHA, NO PARANÁ - 1988-91
(Em mil dz.)

ANO	PRODUÇÃO	VBP
1988	257 887	208 963
1989	274 959	222 797
1990	293 162	237 546
1991	312 569	253 272

FONTE: IPARDES

Ripótese: manter taxa de crescimento igual à observada entre as médias dos períodos 1970-74 e 1975-79, de 6,62% a.a.

2.2.1.6 Extrativa vegetal

Carvão

TABELA A.36 - PRODUÇÃO MÉDIA DE CARVÃO, NO PARANÁ - 1970-75

PERÍODO	PRODUÇÃO MÉDIA (t)
1970-74	10 320
1975-79	10 677
1980-85	28 779
1970-85	17 354

FONTE: IPARDES

TABELA A.37 - PRODUÇÃO E VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO DE CARVÃO, NO PARANÁ - 1987-91

PERÍODO	PRODUÇÃO (t)	VBP
1987/91	34 024	3 670

FONTE: IPARDES

Hipótese: manter produção ao nível observado no período 1981-84, de 34 024 t/ano.

Erva-mate

TABELA A.38 - PRODUÇÃO MÉDIA DE ERVA-MATE, NO PARANÁ - 1970-85

PERÍODO	PRODUÇÃO MÉDIA (t)
1970-74	30 543
1975-79	28 207
1980-85	43 206
1970-85	34 562

FONTE: IPARDES

NOTA: Taxa de crescimento igual à observada entre as médias dos períodos 1980-85 e 1970-74, de 3,23% a.a.

TABELA A.39 - PRODUÇÃO E VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO
DE ERVA-MATE, NO PARANÁ - 1988-91

ANO	PRODUÇÃO (t)	VBP
1988	40 491	25 970
1989	41 920	26 887
1990	43 400	27 836
1991	44 932	28 818

FONTE: IPARDES

Palmito

TABELA A.40 - PRODUÇÃO E VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO
DE PALMITO, NO PARANÁ - 1988-91

PERÍODO	PRODUÇÃO (t)	VBP
1988-91	176	35

FONTE: IPARDES

Hipótese - manter produção igual à observada em 1984, de 176 t.

Lenha

TABELA A.41 - PRODUÇÃO MÉDIA DE LENHA, NO PARANÁ - 1970-85

(Em mil m³)

PERÍODO	PRODUÇÃO MÉDIA
1970-74	14 829
1975-79	9 976
1980-85	9 799
1970-85	11 426

FONTE: IPARDES

TABELA A.42 - PRODUÇÃO E VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO DE LENHA, NO PARANÁ - 1988-91
(Em mil m³)

ANO	PRODUÇÃO	VBP
1988	8 731	33 437
1989	8 576	32 843
1990	8 424	32 261
1991	8 275	31 690

FONTE: IPARDES

Hipótese - comportamento semelhante ao observado entre as médias dos períodos 1980-85 e 1975-79, cuja taxa foi de -1,77% a.a.

Madeira

TABELA A.43 - PRODUÇÃO MÉDIA DE MADEIRA, NO PARANÁ - 1970-85
(Em mil m³)

PERÍODO	PRODUÇÃO MÉDIA
1970-74	6 917
1975-79	7 146
1980-85	8 858
1970-85	7 716

FONTE: IPARDES

TABELA A.44 - PRODUÇÃO E VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO DE MADEIRA, NO PARANÁ - 1988-91
(Em mil m³)

PERÍODO	PRODUÇÃO	VBP
1988-91	14 349	332 602

FONTE: IPARDES

2.2.1.7 Cálculo da taxa de crescimento do setor agropecuário

TABELA A.45 - TAXAS DE CRESCIMENTO DA AGROPECUÁRIA, NO PARANÁ - 1987-91

AGROPECUÁRIA	PARTICIPAÇÃO Em 1984	1987		1988		1989		1990		1991	
		ÍNDICES DE CRESC. IP/	CONTRIB. CRESC.	ÍNDICES DE CRESC. IP/	CONTRIB. CRESC.	ÍNDICES DE CRESC. IP/	CONTRIB. CRESC.	ÍNDICES DE CRESC. IP/	CONTRIB. CRESC.	ÍNDICES DE CRESC. IP/	CONTRIB. CRESC.
Cult. Temporárias	0,6382	1,05625	0,6741	1,07295	0,6848	1,03737	0,6620	1,03771	0,6623	1,03808	0,6625
Cult. Permanentes	0,1000	2,50000	0,2500	0,88007	0,0880	1,00000	0,1000	1,00000	0,1000	1,00000	0,1000
Produção Animal	0,1135	1,03739	0,1177	1,03226	0,1172	1,03256	0,1172	1,03286	0,1172	1,03315	0,1173
Deriv. Orig. Animal	0,0779	1,05121	0,0820	1,05721	0,0824	1,05725	0,0824	1,05730	0,0824	1,05827	0,0824
Ext. Vegetal	0,0704	1,00124	0,0705	1,00072	0,0705	1,00082	0,0705	1,00093	0,0705	1,00104	0,0705
TOTAL	1,0000	-	1,1943	-	1,0429	-	1,0321	-	1,0324	-	1,0327
Taxas Cresc. índice-1980 = 100	-	19,43		4,29		3,21		3,24		3,27	
		130,79		136,40		140,78		145,34		150,09	

FONTE: IPARDES

NOTA: Taxa de crescimento da agropecuária em 1986 = 19,42

índice de crescimento da agropecuária em 1986 = 109,51

2.2.1.8 Tabelas finais

TABELA A.46 - VALOR DAS CULTURAS PERMANENTES, NO PARANÁ - 1984-87

PRODUTO	1984	1985	1986	1987
Café	541 156	682 890	257 694	644 234
Outros	31 727	40 037	15 108	37 770
TOTAL	572 883	722 927	272 802	682 004

FONTE: IPARDES

TABELA A.47 - QUANTIDADE DE CAFÉ, NO PARANÁ - 1984-87

PRODUTO	QUANT. (t)	1985	1986	1987
Café	494 289	623 746	235 376	588 440

FONTE: IPARDES

TABELA A.48 - QUANTIDADE E VALOR DA PRODUÇÃO ANIMAL, NO PARANÁ - 1984-87
(Em Cr\$ milhões de 1984)

ANIMAIS	1984		1985		1986		1987	
	QTDE. (t)	VALOR	QTDE. (t)	VALOR	QTDE. (t)	VALOR	QTDE. (t)	VALOR
Bovinos	139 131 292 175	155 443 326 430	158 500 332 850	158 500 332 850	158 500 332 850	158 500 332 850	158 500 332 850	158 500 332 850
Suínos	98 892 109 070	98 637 118 364	104 000 124 799	114 920 137 903	114 920 137 903	114 920 137 903	114 920 137 903	114 920 137 903
Aves	207 171 248 605	231 179 277 415	243 000 291 600	255 425 306 510	255 425 306 510	255 425 306 510	255 425 306 510	255 425 306 510
TOTAL	-	649 850	-	722 209	-	749 249	-	777 263

FONTE: IPARDES

TABELA A.49 - QUANTIDADE E VALOR DOS DERIVADOS DE ORIGEM ANIMAL, NO PARANÁ - 1984-87
(Em Cr\$ milhões de 1984)

PRODUTO	1984		1985		1986		1987	
	QTDE. (t)	VALOR	QTDE. (t)	VALOR	QTDE. (t)	VALOR	QTDE. (t)	VALOR
Leite	940 160 283 712	1020000 307 805	1122000 338 586	1165085 351 588	1122000 338 586	1165085 351 588	1122000 338 586	1165085 351 588
Ovos	179 237 145 234	209 000 169 351	225 000 182 315	241 875 195 988	225 000 182 315	241 875 195 988	225 000 182 315	241 875 195 988
Outros	-	17 301	-	30 718	-	27 227	-	28 646
TOTAL	-	446 247	-	507 874	-	548 128	-	576 222

FONTE: IPARDES

TABELA A.50 - ÁREA MÉDIA E ÁREA DAS CULTURAS TEMPORÁRIAS, NO PARANÁ - 1970-85 - 1988-91

(Em ha)

PRODUTO	ÁREA MÉDIA			ÁREA				ÁREA 1985
	1970-74	1975-79	1980-85	1988	1989	1990	1991	
	Algodão	361 889	263 150	385 569	480 810	499 782	519 502	
Arroz	469 782	477 192	247 131	216 376	226 177	236 422	247 131	200 000
Milho	1 922 599	2 055 819	2 289 487	2 748 546	2 808 365	2 869 487	2 931 939	2 332 840
Soja	654 484	2 120 840	2 195 544	1 675 131	1 680 277	1 685 440	1 690 618	2 196 370
Feijão	789 332	778 141	785 394	743 471	757 191	771 163	785 394	723 764
Trigo	405 677	1 253 559	1 070 504	1 200 000	1 200 000	1 200 000	1 200 000	1 295 548
TOTAL	4 603 763	6 948 701	6 973 629	7 064 334	7 171 792	7 282 014	7 395 082	7 288 522

FONTE: IPARDES

NOTA: Área para 1986 = 8 321 046 ha

TABELA A.51 - VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO DA EXTRATIVA VEGETAL, NO PARANÁ - 1985-91

(Em CR\$ 1 000 de 1984)

PRODUTO	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991
Carvão	3 670	3 670	3 670	3 670	3 670	3 670	3 670
Erva-Mate	23 404	24 230	25 085	25 970	26 887	27 836	28 818
Palmito	35	35	35	35	35	35	35
Lenha	34 770	34 402	34 038	33 437	32 843	32 261	31 690
Madeira	337 308	332 602	332 602	332 602	332 602	332 602	332 602
TOTAL	399 187	394 939	395 430	395 714	396 037	396 404	396 815

FONTE: IPARDES

TABELA A.52 - VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO ANIMAL, NO PARANÁ - 1985-91

(Em CR\$ 1 000 de 1984)

PRODUTO	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991
Bovinos	326 430	332 850	332 850	341 340	351 340	360 967	370 858
Suínos	118 364	124 799	137 903	138 193	138 484	138 775	139 066
Aves	277 415	291 600	306 510	322 172	338 635	355 940	374 128
TOTAL	722 209	749 249	777 263	802 335	828 459	855 682	884 052

FONTE: IPARDES

TABELA A.53 - VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO DOS DERIVADOS DE ORIGEM ANIMAL, NO PARANÁ - 1985-91

(Em CR\$ 1 000 de 1984)

PRODUTO	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991
Leite	307 805	338 586	351 588	369 940	389 251	409 570	430 950
Ovos	169 351	182 315	195 989	208 963	222 797	237 546	253 272
TOTAL	477 156	520 901	547 577	578 903	612 048	647 116	684 222

FONTE: IPARDES

TABELA A.54 - VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA, NO PARANÁ - 1985-91

(Em Cr\$ milhões de 1984)

PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	TAXA ANUAL 1986-91
Cult. Temporárias	4 494 299	3 423 826	3 616 413	3 880 221	4 025 227	4 177 013	4 336 077	4,84
Cult. Permanentes	682 890	257 694	644 234	566 974	566 974	566 974	566 974	17,08
Prod. Animal	722 209	749 249	777 263	802 335	828 459	855 682	884 052	3,364
Deriv.Orig.animal	477 156	520 901	547 577	578 903	612 048	647 116	684 222	5,606
Extrativa Vegetal	399 187	394 939	395 430	395 714	396 037	396 404	396 815	0,095
TOTAL	6 775 741	5 346 609	5 980 917	6 224 147	6 428 745	6 643 189	6 868 140	5,14
TAXA DE CRESC.	-	(-21,09)	11,86	4,07	3,29	3,34	3,39	-

FONTE: IPARDES

TABELA A.55 - VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO DOS PRINCIPAIS PRODUTOS DAS CULTURAS TEMPORÁRIAS, NO PARANÁ - 1984-91
(Em CR\$ 1 000 de 1987)

PRODUTO	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991
Algodão	-	844 353	626 488	562 543	716 566	744 840	774 230	804 779
Arroz	-	66 412	46 220	89 747	94 620	99 768	105 189	110 897
Milho	-	776 138	575 045	896 000	923 327	952 061	981 608	1 012 382
Soja	-	1 379 212	812 588	1 093 868	1 115 130	1 137 461	1 160 446	1 183 561
Feijão	-	195 642	83 407	242 782	247 171	251 732	256 377	261 108
Trigo	-	1 232 542	1 280 078	731 473	783 407	839 365	899 163	963 350
TOTAL	-	4 494 299	3 423 826	3 616 413	3 880 221	4 025 227	4 177 013	4 336 077
	-	-	(23,82)	5,62	7,29	3,74	3,77	3,81

FONTE: IPARDES

2.2.3 Estimativa do Produto Interno Bruto do Setor Industrial do Paraná

2.2.3.1 Cálculo da taxa de crescimento para 1987

A taxa de crescimento do PIB industrial paranaense em 1987 foi obtida através da agregação das taxas dos subsetores serviços industriais de utilidade pública, construção civil e indústria extrativa e de transformação, ponderados do valor do PIB de cada um deles em 1985.

Serviços Industriais de Utilidade Pública - Variação do consumo industrial de energia elétrica de jan.-set.87/jan.-set.86

Construção Civil - Variação do consumo aparente de cimento no Paraná jan.-set.87/jan.-set.86

Indústria Extrativa e de Transformação - Estimada através da combinação das taxas de variação de três grupos de gêneros, ponderados pelos seus respectivos valores adicionados:

a) gêneros cobertos pela pesquisa mensal de produção física do IBGE no Paraná: projeção para o resto do ano da tendência média do índice acumulado nos últimos 12 meses entre o mês anterior ao início da queda na produção e o mês de setembro. Os indicadores por gênero foram depois agregados e corrigidos pela participação de cada um no PIB industrial de 1985:

- i) produtos de minerais não-metálicos;
- ii) mecânica;
- iii) papel e papelão;
- iv) perfumaria, sabões e vela;
- v) produtos de matérias plásticas;
- vi) bebidas;

b) gêneros não-cobertos pela pesquisa do IBGE - cálculo de índices de quantum alternativos ponderados pela estrutura do valor adicionado:

- i) metalurgia - produção de aço bruto e laminados não-planos (em toneladas) de jan.-set.87/jan.-set.86;
- ii) material de transporte - fabricação de ônibus e caminhões (em unidades) de jan.- out.87/jan.- out.86;
- iii) têxtil - produção de algodão em 1986-87 para a parte de beneficiamento e variação no consumo de energia elétrica em jan.-set.87/jan.-set.86 para a parte de fiação e tecelagem;
- iv) química - produção de álcool de maio-ago.87/ maio-ago.86 (em toneladas);

- soja comprada pelas indústrias em 1987-86;
- refino de petróleo em 1987-86 (em m3);
- v) fumo - produção de fumo em 1987-86 (em toneladas);
 - produção de cigarros em 1987-86 (em unidades);
- c) restante da indústria extrativa e de transformação - variação do consumo de energia elétrica de jan.-set.87/jan.-set.86, corrigida até o final do ano pela tendência da indústria extrativa e de transformação brasileira:
 - i) extração de minerais;
 - ii) material elétrico e de comunicações;
 - iii) madeira;
 - iv) mobiliário;
 - v) borracha;
 - vi) couros e peles;
 - vii) produtos farmacêuticos e veterinários;
 - viii) vestuário, calçados e artefatos de tecidos;
 - ix) produtos alimentares;
 - x) editorial e gráfica;
 - xi) diversas.

2.2.3.2 Cálculo da taxa de crescimento para o período 1988-91

TABELA A.56 - PRODUTO INTERNO BRUTO DO SETOR INDUSTRIAL, NO BRASIL E PARANÁ - 1985-87
(Em Cz\$ milhões de 1985)

ANO	IND. PARANÁ	IND. BRASIL	PR/BR
1985	20 616 083,8	499 340 193	4,13
1986	22 224 138,3	559 910 158,4	3,97
1987	24 139 859,1	560 022 140,4	4,31

FONTE: IPARDES

Hipótese - atingir em 1991 a mesma participação observada em 1980, de 4,7% do PIB do setor industrial brasileiro.

Cálculo da participação:

$$(4,7 / 4,31)^{1/4} = 1,021892346$$

$$\text{Participação do ano } x = 4,31 \times 1,021892346 \text{ (ano } x - 1987)$$

Exemplo: participação de 1991 = $4,31 \times 1,021892346^{(1991-1987)}$
 = $4,31 \times 1,021892346^4$
 = $4,31 \times 1,090487234 = 4,70$

TABELA A.57 PRODUTO INTERNO BRUTO DO BRASIL E DO PARANÁ -1986-91
(Em Cz\$ 1 000,00 de 1985)

ANO	INDÚSTRIA		PR/BR (%)
	Ind. Brasileira	Ind. Paranaense	
1986	559 910 158,4	22 224 138,3	3,97
1987	560 022 140,4	24 139 859,1	4,31
1988	584 831 121,2	25 732 569,3	4,40
1989	610 739 139,8	27 483 261,3	4,50
1990	637 794 883,7	29 338 564,	4,60
1991	666 049 197,1	31 304 312,3	4,70

FONTE IPARDES

TABELA A.58 - TAXAS DE CRESCIMENTO DO SETOR INDUSTRIAL
BASILEIRO E PARANAENSE - 1987-1991

PERÍODO	BRASIL	PARANÁ	PR/BR (%)
1987-86	(0,02)	8,62	8,60
1988-87	4,43	6,60	2,08
1989-88	4,43	6,80	2,27
1990-89	4,43	6,75	2,22
1991-90	4,43	6,70	2,17

FONTE. IPARDES

NOTA: Diferença média entre Paraná e Brasil no período
de 1987-91 = 3,44

Taxa de crescimento médio do Paraná:

1987-91 = 7,09% a.a.

1988-91 = 6,71% a.a.

Taxa de crescimento da indústria total no período 1970-85 =
10,80% a.a

Taxa de crescimento da indústria extrativa e de transformação
1970-85 = 12,55% a.a.

Fator de Correção = $(1 + (12,55/100) / (1 + (10,80/100)) =$
1,01579

Taxa de crescimento da indústria extrativa e de transforma-
ção = 1,01579 x taxa cresc. ind. total

TABELA A.59 - TAXAS DE CRESCIMENTO DA INDÚSTRIA EXTRATIVA
E DE TRANSFORMAÇÃO, NO PARANÁ - 1987-1991

ANO	I	Z
1987		8,22
1988		6,70
1989		6,91
1990		6,86
1991		6,81

FONTE: IPARDES

NOTA: Taxa de crescimento da ind. extrativa e de transformação em 1987-1991 = 7,10% a.a.
1988-91 = 6,82% a.a.

2.2.4 Cálculos e Tabelas Finais

TABELA A.60 - VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO DA AGROPECUÁRIA E INDÚSTRIA
EXTRATIVA E DE TRANSFORMAÇÃO, E VALOR DAS IMPORTAÇÕES
TOTAIS DO PARANÁ - 1984-91
(Em CR\$ 1 000,00 de 1984)

ANO	VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO		VALOR IMPORTAÇÕES
	Agropecuária	Ind. Extrat. e Transf.	
1984	5 728 158 000	14 702 713 440	13 732 745 557
1985	7 287 333 000	15 952 244 080	15 693 506 960
1986	5 872 132 931	16 909 590 720	20 527 107 100
1987	7 013 088 360	18 299 559 080	21 992 742 550
1988	7 313 088 360	19 525 629 540	23 563 024 370
1989	7 548 727 640	20 874 850 540	25 245 424 310
1990	7 793 306 416	22 806 865 280	27 047 947 600
1991	8 048 147 536	23 825 962 810	28 979 171 060

FONTE: IPARDES, IBGE, SEFA, Ministério da Fazenda

TABELA A.61 - CÁLCULO DA TAXA DE CRESCIMENTO DO PIB DO SETOR COMÉRCIO DO PARANÁ-1987-91

ANO	AGROPEC.	IND. EXT. E	IMPORT.	ITX. CRESC.	ITX. CRESC.	ITX. CRESC.	ITX. CRESC.
	(%)	TRANSF.	(%)	AGROPEC.	IND.	IMP.	COM.
	(%)	(%)	(%)	(%)	(%)	(%)	(%)
1987	14,82	38,68	46,49	19,43	8,22	7,14	9,37
1988	14,51	38,74	46,75	4,29	6,70	7,14	6,55
1989	14,07	38,90	47,04	3,21	6,91	7,14	6,51
1990	13,63	39,03	47,33	3,24	6,86	7,14	6,49
1991	13,22	39,15	47,62	3,27	6,81	7,14	6,49

FONTE: IPARDES

NOTA: Taxa de crescimento do setor comércio = (% agrop. x tx. cresc. agrop.) + (% indústria x tx. cresc. indústria) + (% importações x tx. cresc. importações)

TABELA A.62 - CÁLCULO DA TAXA DE CRESCIMENTO DO PRODUTO INTERNO BRUTO DO PARANÁ-1987-91

SETOR	1985	1987	1988	1989	1990	1991
	(%)	(%)	(%)	(%)	(%)	(%)
Agropecuária	0,331032	19,43	4,29	3,21	3,24	3,27
Indústria	0,346416	8,62	6,60	6,80	6,75	6,70
Comércio	0,322553	9,37	6,55	6,51	6,49	6,49
TOTAL	1,000000	12,44	5,82	5,52	5,50	5,50

FONTE: IPARDES

NOTA: Taxa de crescimento anual do PIB total = (% agrop. em 1985 x tx. cresc.) + (% ind. em 1985 x tx. cresc. ind.) + (% comércio em 1985 x tx. cresc. comércio)
Exemplo. tx. cresc. PIB em 1987 (0,331032 x 19,43) + (0,346416 x 8,62) + (0,322553 x 9,37) = 12,44

TABELA A.63 - TAXAS DE CRESCIMENTO E PARTICIPAÇÃO DO PIB, POR SETOR, NO PARANÁ - 1987-91

ANO	TAXA DE CRESCIMENTO DO PIB TOTAL DO PARANÁ	AGROPECUÁRIA		INDÚSTRIA		SERVIÇOS	
		Participação	Taxa de Crescimento	Participação	Taxa de Crescimento	Participação	Taxa de Crescimento
1987	12,44	0,23347	19,43	0,29432	8,62	0,52221	11,11
1988	5,82		4,29		6,60		6,14
1989	5,52		3,21		6,80		5,95
1990	5,50		3,24		6,75		5,93
1991	5,50		3,27		6,70		5,94

FONTE: IPARDES

NOTA: Cálculo do PIB do setor serviços - Paraná - 1987/91

Taxa de cresc. serviços = (tx. cresc. PIB total - (% agrop. x tx. cresc. agrop.) - (% indústria x tx. cresc. ind.)) / % de serviços.

Fatores de ponderação - % no PIB de 1985

TABELA A.64 - TAXAS DE CRESCIMENTO DO PRODUTO INTERNO BRUTO DO PARANÁ,
SEGUNDO SETOR - 1987-91

SETOR	1 1987	1 1988	1 1989	1 1990	1 1991	1987-91	88-91
Agropecuária	19,43	4,29	3,21	3,24	3,27	6,51	3,28
Indústria	8,62	6,60	6,80	6,75	6,70	7,09	6,71
Serviços	11,11	6,14	5,95	5,93	5,94	6,99	5,99
Comércio	9,37	6,55	6,51	6,49	6,49	7,08	6,51
TOTAL	12,44	5,82	5,52	5,50	5,50	6,92	5,58

FONTE: IPARDES

TABELA A.65 - PRODUTO INTERNO BRUTO DO PARANÁ E
DO BRASIL - 1985-91
(Em Cz\$ 1 000,00 de 1985)

ANO	BRASIL	PARANÁ
1985	1 450 239 904	91 413 874,2
1986	1 569 014 552	93 333 565,6
1987	1 622 674 849	104 944 261,1
1988	1 695 695 217	111 052 017,1
1989	1 772 001 502	117 182 088,4
1990	1 851 741 570	123 627 103,3
1991	1 935 069 940	130 426 593,9

FONTE: IPARDES

NOTA: PIB Brasil em 1986: US\$ 265 000 milhões

Participação do PIB do Paraná em relação
ao Brasil em 1986 = 0,059485468

PIB PR em 1986 = US\$ 15 763,65 milhões

Z PR/BR em 1991 = 0,067401488

PIB BR em 1991 = US\$ 327 000 milhões

PIB PR em 1991 = US\$ 22 040,29 milhões (média 1986)

PIB per-capita brasileiro em 1991 = US\$ 2 107

PIB per-capita paranaense em 1991 = US\$ 2 189

Estimativa população em 1991 = 10 069 189 hab.

NOTAS DE REFERENCIA

¹FREITAS, Carlo Iberê de. Análise de INPES mostra que as perspectivas não são boas. Gazeta Mercantil, São Paulo, 17-19 out. 1987.

²LOURENÇO, Gilmar Mendes e VOLACO, Gilson. Análise da estrutura industrial paranaense nos anos recentes. Análise Conjuntural, Curitiba, 2(8):9-13, ago. 1987.

REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS

- 1 ALGUMAS observações sobre a evolução recente do produto interno bruto paranaense. Análise Conjuntural, Curitiba, 2(11):4-7, nov. 1985.
- 2 BANCO DE DESENVOLVIMENTO DO PARANÁ. Cenários da economia paranaense 1986-1991. Curitiba, 1986. 42p.
- 3 BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. Departamento de Planejamento. Cenários para a economia brasileira até o ano 2.000. Brasília, 1987.
- 4 IPARDES - FUNDAÇÃO EDISON VIEIRA. Produto interno bruto do Paraná 1970-85. Curitiba, 1987. vi,16f.
- 5 LOURENÇO, Gilmar Mendes. Economia brasileira e paranaense: breve balanço do desempenho em 1986 e perspectivas para 1987. Análise Conjuntural, Curitiba, 2(1):1-5, jan. 1987.
- 6 LOURENÇO, Gilmar Mendes & VOLACO, Gilson. Análise da estrutura industrial paranaense nos anos recentes. Análise Conjuntural, Curitiba, 2(8):9-13 ago. 1987.
- 7 MARQUES, Eduardo. Planejamento estratégico e prospectiva; a experiência do BNDES. Brasília, 1985. Mimeografado.
- 8 PORTO, Cláudio Américo. Construção de cenários e projeção de futuros; com aplicações à gestão de empresas do setor elétrico. Brasília, 1985. Mimeografado.



INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E SOCIAL
Rua Jaime Reis, 331 - Alto São Francisco - 80.510 - Curitiba - Paraná

IMPRESA OFICIAL